

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O semanário Expresso: génese, evolução e protagonismo na Revolução de 1974

Maria Matilde Marques Cunha

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientadora:

Doutora Maria Cláudia Álvares, Professora Associada (com Agregação),
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

O semanário Expresso: génese, evolução e protagonismo na Revolução de 1974

Departamento de Sociologia

Maria Matilde Marques Cunha

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientadora:

Doutora Maria Cláudia Álvares, Professora Associada (com Agregação),
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

**“A política é um assunto demasiado sério para ser
confiado exclusivamente aos políticos”¹**

Francisco Pinto Balsemão

¹ Frase que serviu de título a uma entrevista de Balsemão à revista *Flama* (27 de outubro de 1972, pp.8-14), citada por Batista (2012).

Agradecimentos

Existe um provérbio antigo que diz “É preciso uma aldeia para se educar uma criança”. Ao olhar para trás, não me é difícil identificar a minha aldeia. Esta dissertação é fruto do amor dessa aldeia, de pessoas que todos os dias me desafiam a ser melhor e a superar-me. Não podiam deixar de fazer parte destas páginas.

À minha mãe, Madalena, o maior apoio emocional, que nunca me deixa desistir. A base de tudo, a força motriz, incondicional. Ao meu pai, Vasco, o exemplo maior, a resiliência, o esforço e o desafio de superação. Obrigada por apostarem tudo. Não existe nem nunca existirá amor maior.

Ao meu irmão, Cá, o meu melhor amigo. A metade da minha laranja, companheiro de todas as horas, professor das ferramentas do Office e de (quase) tudo, o equilíbrio de toda e qualquer fase da vida. Que possamos partilhar sempre estas alegrias.

À tia Margarida, ao Pê e à Eva. Os meus primos-irmãos e uma tia que também é mãe. Sem vocês a aldeia nunca poderia estar completa. Obrigada por serem tudo o que são para mim.

Às minhas queridas avós, Graciete e Milú, que tantas vezes perguntaram se já tinha terminado o Mestrado. Agora sim, está feito, e espero que se orgulhem muito disso.

Às estrelinhas que me acompanham sempre, onde quer que esteja. Sei que celebram esta conquista comigo.

Aos amigos de sempre e aos que se cruzaram pelo caminho – a família que escolhi e a quem agradeço a disponibilidade e o amor que sempre me deram. À Andreia, à Bia, à Carol, à Kátia, à Kika, à Maria B., à Maria V., à Maria T., ao Mathieu e à Mónica. Espero conseguir retribuir-vos o que vocês me dão.

Não menos importante, às amigas que entraram na minha vida através deste Mestrado, com quem partilhei as dúvidas e incertezas na realização deste trabalho, mas também com quem passei muitos momentos divertidos nos pátios do ISCTE: à Lili, à Maria Beatriz e à Laura.

Por fim, um enorme agradecimento à Prof.^a Dr.^a Cláudia Álvares. Desde o primeiro momento procurou motivar-me, incentivar-me e apoiar-me nas ideias que fui tendo, abrindo sempre espaço às mudanças que apresentei ao longo desta dissertação. Pela paciência e pela disponibilidade, sempre. Trabalhar com a Professora fez com que este caminho fosse muito menos difícil.

A lista de pessoas a referir seria interminável. Não podendo agradecer a todos individualmente, fica um agradecimento geral.

Sou uma sortuda por vos ter na minha vida.

Resumo

A presente investigação foi desenvolvida em torno dos temas da história do jornalismo, história da imprensa, história do jornalismo português, bem como do jornalismo político – sua gênese e importância na consolidação das democracias.

Com um olhar maioritariamente sob a situação que se vivia em Portugal, inclui também textos gerais sobre o papel da comunicação social nas transformações políticas e na transição duma ditadura para uma democracia.

Do século XIX ao século XXI, aborda temas como a formação de jornalistas; as principais formas jornalísticas à época, em Portugal; as condições sociais e políticas que envolvem o desenvolvimento da profissão de jornalista e da ação de publicar em jornais; e um estudo de caso voltado precisamente para um jornal que nasceu, se desenvolveu e protagonizou a Revolução de abril de 1974, em Portugal.

Este trabalho contribui para uma melhor compreensão de tendências e eventos históricos, envolvendo condições jurídicas, económicas, políticas e culturais que influenciaram a produção e receção jornalística no período que compreende os anos de 1973 a 1976.

As primeiras páginas aqui estudadas foram selecionadas com base nas datas de ocorrências históricas de grande importância, cobrindo o período em que se observa uma maior atenção jornalística sobre os referidos acontecimentos.

A metodologia baseia-se na análise e crítica da documentação.

Conclui-se acerca da importância do jornalismo nas questões políticas nacionais, bem como do papel do atual semanário *Expresso* na Revolução portuguesa de 1974.

Palavras-chave: *Expresso*; jornalismo; Democracia; 25 de abril de 1974; Portugal; Estado Novo

Abstract

This research was developed around the themes of the history of journalism, the history of the press, the history of Portuguese journalism, as well as political journalism - its genesis and importance in the consolidation of democracies.

Focusing mainly on the situation in Portugal, it also includes general texts on the role of the media in political transformations and the transition from dictatorship to democracy.

From the 19th to the 21st century, it covers topics such as the training of journalists; the main forms of journalism at the time in Portugal; the social and political conditions surrounding the development of the profession of journalist and the action of publishing in newspapers; and a case study focusing precisely on a newspaper that was born, developed and played a leading role in the April 1974 Revolution in Portugal.

This work contributes to a better understanding of historical trends and events, involving legal, economic, political and cultural conditions that influenced journalistic production and reception in the period from 1973 to 1976.

The front pages studied here were selected on the basis of the dates of important historical events, covering the period in which the greatest journalistic attention was paid to these events.

The methodology is based on analysing and criticising the documentation.

It concludes with the importance of journalism in national political issues, as well as the role of the current weekly *Expresso* in the Portuguese Revolution of 1974.

Keywords: *Expresso*; journalism; Democracy; 25 April 1974; Portugal; Estado Novo

Glossário

AL – Ala Liberal

AN – Assembleia Nacional

CLAC – Comité de Luta Anticolonial

DGS – Direção Geral de Segurança

MFA – Movimento das Forças Armadas

ONU – Organização das Nações Unidas

PCP – Partido Comunista Português

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PPD – Partido Popular Democrático

PREC – Processo Revolucionário Em Curso

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

UN – União Nacional

Índice

Resumo	v
Abstract.....	vii
Glossário.....	ix
Introdução.....	1
A política enquanto elemento jornalístico	3
Jornalismo e política: o caso português.....	6
Portugal: do pré-25 de Abril às Primeiras Eleições Democráticas.....	8
O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação	8
Leis de Imprensa e a Comunicação Social no Marcelismo	10
A Ala Liberal e o pluripartidarismo em Portugal.....	13
A Revolução na Imprensa	18
O surgimento de um novo jornal português: o Expresso.....	22
Metodologia: Corpus de análise	29
Resultados: Análise de Primeiras Páginas do Expresso	32
1973 – O ano de nascimento.....	32
1974 – O ano da Liberdade.....	34
1975 – O verão mais quente	36
1976 – Enfim a estabilidade e a democracia?	39
Discussão de Resultados.....	42
Considerações finais.....	46
Bibliografia.....	48
Anexos e figuras	56
Anexo A. – Estatuto Editorial Expresso	59

Índice de Figuras

Figura 1.....	32
Figura 2.....	34
Figura 3.....	36
Figura 4.....	39
Figura 5 - Exemplo de Visto, escrito por Francisco Sá Carneiro, e o sinal “Um jornal para saber ler” em alusão aos cortes feitos pela censura	56
Figura 6 - Exemplo de cortes da censura prévia numa primeira página do Expresso	56
Figura 7 - Lista de textos cortados pela Censura.....	57

Introdução

A liberdade de imprensa é uma liberdade fundamental, na medida em que, sem ela, as outras liberdades políticas e civis, privadas ou públicas, não têm condições para se consolidar. Uma sociedade livre não se constrói sem liberdade de imprensa. Mas, em tempos não muito longínquos, a imprensa portuguesa era o exemplo contrário desta máxima: durante largos anos, foi oprimida pelo órgão da censura, que tinha como objetivo principal vetar ideias exteriores e “subversivas”, para que os portugueses tivessem o máximo de desconhecimento possível das diferenças entre a ditadura em que viviam e a democracia que se vivia noutros países.

Quando, em 1968, António de Oliveira Salazar, então Presidente do Conselho de Ministros, caiu de uma cadeira de lona, a censura e o governo por si implantado “nem se desorganizou nem perdeu rumo” (Azevedo, 1999, p.455).

Desde o ato eleitoral de outubro de 1969, quando Marcello Caetano foi eleito Presidente do Conselho e deu continuidade ao governo de Salazar, que uma geração de políticos adeptos de uma liberalização do regime, pretendia a renovação a partir do seu interior (Rosa, 2014, p.9).

Conhecido por Ala Liberal, este grupo de jovens defendia os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que em Portugal não eram reconhecidos – preconizavam a livre formação de partidos políticos, a liberdade de expressão e de informação, o direito à greve, a formação de sindicatos livres e autónomos. Deste grupo fazia parte Pinto Balsemão que, tendo como profissão o jornalismo, passou a fazer deste a sua “bandeira política”, desafiando os então governantes a mudarem o paradigma comunicacional da época.

Foi, então, neste contexto que surgiu o jornal Expresso: fundado por Francisco Pinto Balsemão, a 6 de janeiro de 1973, num período de total asfixia censória. O Expresso viria a traduzir-se numa aventura mediática e numa experiência revolucionária, não só em termos jornalísticos, mas também políticos – e não só pela mão de Balsemão, mas também com a ajuda dos seus companheiros de bancada da Ala Liberal, que se tornariam colaboradores no jornal.

Se num primeiro momento, o Expresso poderia ser encarado, pelos portugueses, como um jornal igual à maioria dos que já existiam em Portugal – obedecendo a linhas

editoriais restritas, muitas vezes escolhidas pelo Regime –, o seu modelo jornalístico, bem como a sua equipa redatora, vieram mostrar que procurariam pautar pela diferença.

Desde o seu primeiro número, e ao longo das suas páginas, o Expresso apresentava um conjunto de opiniões objetivas e independentes do poder político, traduzindo-se assim num jornal atuante e interveniente, que muita relevância acabou por alcançar, no contexto jornalístico e democrático português, também através de contributos de membros desta Ala Liberal (Rosa, 2014, p.10).

Com a Revolução e tudo o que esta trouxe, torna-se factual que o 25 de Abril de 1974 passa a ser, incontestavelmente, um acontecimento central na história de Portugal – se não mesmo o mais importante.

Assim, neste artigo, propõe-se uma análise das relações existentes no campo dos media, procurando-se, ademais, lançar pistas para uma reflexão mais ampla sobre a relação dos media com o (novo) poder político – neste caso, a transição portuguesa de uma ditadura duradoura, para uma democracia que chega de rompante.

Partindo de investigações de autores das mais diversas áreas, desenvolvidas não só sobre a Revolução de 1974, mas também sobre o papel dos meios de comunicação nessa mesma Revolução, esta dissertação incidirá mais concretamente sobre qual foi o papel e a intervenção do semanário Expresso nas conquistas de Abril – de que forma lutou, fez oposição ao regime e influenciou os portugueses a desejarem e a procurarem a mudança.

Para chegar às conclusões apresentadas no fim deste trabalho, foram lidos vários artigos publicados, desde primeiras páginas do Expresso, presentes no denominado livro *50 anos de Expresso – O país e o mundo em 50 primeiras páginas* (editado em 2023, precisamente pela ocasião dos 50 anos do Expresso), aos denominados *visto* – artigos de opinião escritos por Sá Carneiro e outros parceiros colunistas do jornal; sabendo de antemão que nenhum foi publicado na sua versão integral, devido aos serviços de censura. Seguidamente, procedeu-se a uma análise de conteúdo e à categorização dos temas observados o que permitiu chegar às principais temáticas abordadas: liberdade, Assembleia Nacional, regime policial, governo, autoritarismo, política de continuidade que impedia o progresso, direitos e deveres, portugueses, notícias internacionais, eleições,

Constituição, Estado de Direito, censura, poder (i)limitado, economia e problemática do Ultramar.²

A política enquanto elemento jornalístico

Desde o século XIX, época em que os partidos políticos eram proprietários dos jornais, o jornalismo e a política têm sido duas atividades que se têm mantido intrinsecamente ligadas. Essa ligação é de tal forma unânime que alguns investigadores passaram a considerar os jornalistas como “atores políticos” (Cook, 1998; Patterson, [1997] 2000, n.d.), o jornalismo como “uma instituição política” (Stephen Hess, 1981, n.d.) e os media como “poderosos instrumentos políticos” (Patterson, 1993, n.d.).

Foi também no século XIX que, devido ao progresso das sociedades industriais, se passa a relacionar “a industrialização da imprensa e a paralela penetração do capitalismo neste sector, em contexto democrático”, que permitiu “profissionalizar o jornalismo e concebê-lo como uma atividade orientada para a elaboração e divulgação de informações” (Garcia, 2009, p. 25). Também segundo Garcia (2009, p.25), os jornais de informação passaram a deter, nesta altura, simultaneamente, características de produto cultural e empreendimento comercial, e a ser fonte de lucro mediante a publicidade e as vendas.

Em consequência destes acontecimentos, Nelson Traquina (2007, n.d.) aponta três momentos fundamentais na história do jornalismo em democracia: o primeiro consiste na sua expansão, que se inicia no século XIX, a partir da imprensa, e irrompe no século XX com os novos meios de comunicação social, como a rádio e a televisão; o segundo constitui a comercialização das notícias, com a transformação do produto jornalístico em bem de consumo, como Garcia (2009, p.26) referia; e, por último, a emergência do polo intelectual, que se resume na profissionalização dos jornalistas, trazendo consigo a definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da

² Nem todos estes temas serão estudados mais adiante, embora sejam os que se encontram mais presentes nas primeiras capas e nas páginas do Expresso, no período aqui em análise

informação em democracia (Traquina, 2007, n.d.), e o seu papel económico nas sociedades capitalistas.

Atualmente, um dos aspetos que melhor reflete esta relação é a consagração do princípio da liberdade de imprensa na Constituição das democracias. O reconhecimento deste direito permitiu colocar o jornalismo numa posição crucial no que diz respeito à formação da opinião pública, contribuindo para o processo de inclusão política e fomentando a transparência. Porém, e tal como defende Schudson (2008, p.8), “nem a democracia produz necessariamente jornalismo, nem o jornalismo produz necessariamente democracia”. Todavia, e como refere o mesmo autor, existem várias funções que o jornalismo pode desempenhar num sistema democrático: informar, investigar, promover a análise, fomentar a empatia social, promover um fórum público de diálogo - em que candidatos e partidos políticos se podem apresentar e debater ideias -, tendo como objetivo final a mobilização dos cidadãos (Schudson, 2008, p.8).

Assumindo as responsabilidades anteriormente enumeradas, podemos afirmar que os meios de comunicação social assumem, realmente, grande importância para a atividade política. Porém, há que ter em consideração o tipo de meio de comunicação específico: o Expresso, jornal do qual trataremos durante este trabalho, insere-se, de acordo com Mesquita (1994, p.15) na denominada “imprensa de referência”, que, por oposição à imprensa popular, é dirigida à “opinião pública dirigente”, ou seja, “aquela que está associada à tomada de decisões ao nível político, económico e cultural”, precisamente.

Mesquita (1994, p.15) acrescenta ainda que, do ponto de vista dos temas apresentados no jornal, e em contrapartida à imprensa sensacionalista, a imprensa de referência hierarquiza e privilegia temas políticos, nacionais e internacionais, mas também sociais, económicos e culturais. Além disso, procura oferecer ao leitor uma abordagem de maior reflexão e pedagógica, principalmente na matéria dos assuntos políticos, apresentando as notícias acompanhadas de comentários e/ou estudos.

O estudo desta relação sinérgica entre jornalismo e política tem sido intensivo, estando em constante mutação. Isto porque - se, num primeiro momento, se entendia esta relação como área de estudo apenas para o campo da ciência política, atualmente sabe-se que a sociologia, as ciências da comunicação, a filosofia, a semiologia, os estudos

literários e a psicologia desempenham também um papel fundamental na investigação da dimensão política do jornalismo (Serrano, 2006, p.65).

A dimensão política do jornalismo, por sua vez, orienta-se em diversos sentidos - dos quais passarei a falar seguidamente -, embora esses mesmos sentidos tenham em comum a preocupação de responder ao que o jornalismo é e, na prática, o que deve ser.

Uma das principais e mais estudadas abordagens centra-se na intersecção do jornalismo com o mundo político e com as audiências. Esta temática inclui trabalhos sobre os jornalistas, os atores políticos e as audiências, durante as campanhas eleitorais, mas também sobre liberdade de expressão ou qual o impacto das práticas jornalísticas no processo político. A ideia central desta abordagem e estudo é a maneira como o jornalismo afeta a democracia e a noção de que a imprensa pode existir como veículo de propaganda política e partidária, influenciando grande parte das vezes a agenda pública, através da própria agenda dos media (Graber et al, 1998, n.d.).

Também Colin Sparks (1997, n.d.) destaca esta relevância, ao afirmar que tanto na discussão académica, quanto na crença interna dos jornalistas, prevalece a ideia de que o jornalismo é fundamental para o funcionamento das sociedades democráticas ocidentais. O autor evidencia os argumentos que defendem, a qualquer preço, que os meios de comunicação devem ser livres e independentes, por constituírem partes fundamentais de uma estrutura política assente na representação: de certo modo, o jornalista transforma-se num representante não eleito do discurso político, sendo que é a partir dos meios de comunicação que os cidadãos são informados acerca dos acontecimentos no mundo, e sobre os políticos que os representam. Esta representação discursiva ajuda a formar uma opinião sobre as questões políticas fundamentais, o que atesta a importância da prestação do serviço do jornalismo para a sociedade democrática.

Em sequência de tudo isto, diversos autores, das mais diversas áreas, afirmam que é suposto o jornalismo atuar segundo determinadas normas de comportamento, estar livre de coerção e influência política, e possuir credibilidade, atuando, acima de tudo isto, como observador imparcial da atividade política em defesa do interesse público.

Jornalismo e política: o caso português

Hallin e Mancini, na sua obra *Introducing social capital into the 'polarized pluralist' model: The different contexts of press politicization in Portugal and Spain*, referem uma característica comum dos países por si classificados como 'Mediterrânicos' (mais concretamente, Portugal e Espanha): a experiência de um processo tardio de democratização, que conseqüentemente atrasou o pleno desenvolvimento da imprensa (Hallin & Mancini, 2007).

Por outro lado, a Comunicação Política em Portugal teve a sua génese numa espécie de *boom*, repentinamente, tendo-se desenvolvido sob o ponto de vista de uma atividade desempenhada sistemática e profissionalmente apenas a partir das décadas de 80 e 90 (Correia et al, 2010, n.d.).

Este desenvolvimento resulta de um conjunto de processos influenciados pelo fim da ditadura - no período controverso que sucedeu à revolução de 25 de abril de 1974 -, mas também de outros elementos estruturantes como a conjuntura política, condicionalismos económicos e os baixos índices de leitura e consumo de jornais (Lima, 2014, p.340).

Estas características do sistema mediático português levariam, em parte, à integração de Portugal no Modelo Pluralista Polarizado, definido por Hallin e Mancini (2004, p.89-90). O sistema de gestão da imprensa, mas também o setor privado vocacionado para o combate político de alguma forma, foram os elementos estruturantes vividos pela imprensa e demais meios, na década de 80, no nosso país. Os modelos de gestão e a criação de jornais com um propósito político podem ser entendidos como se caracterizando por

“(...) a tendency to instrumentalization of media by political and economic elites and their use as tools of bargaining and maneuvering among those elites, frequent state intervention and involvement in the media system, lesser development of journalistic professionalism, lower newspaper circulation and so on.” (Hallin & Mancini, 2012, p. 279)

No caso português, a Revolução de 1974 encerrou um período de quase 50 anos de ditadura. O golpe revolucionário deu lugar ao chamado Processo Revolucionário em

Curso (PREC)³, durante o qual Portugal iniciou o caminho da democracia, como veremos mais adiante. Os principais grupos financeiros, bancos e seguradoras foram nacionalizados, e as empresas de media e da imprensa, em particular, viram-se também nacionalizadas, enquanto jornais e redações foram alvo de processos de politização muito radicais (Lima, 2014, p.353). Assim, e em menos de trinta anos, como veremos nas páginas seguintes, Portugal passou de uma sociedade altamente controlada do ponto de vista comunicacional, para um modelo empresarial de livre concorrência (plena e agressiva), a que se adicionam as constantes novidades resultantes do fenómeno geralmente designado por «Sociedade da Informação». Esta transformação realizou-se em larga coincidência com a modernização capitalista do país, lado-a-lado com a adesão à União Europeia (Correia et al, 2010, n.d.).

Porém, e se na primeira década no pós-25 de abril, surgiram, em Portugal, jornais alinhados ideologicamente com determinados partidos, rapidamente se percebeu que, devido à circulação de jornais abaixo da média europeia, estes encontravam-se praticamente condenados à ruína, devido à falta de um vasto público leitor e consumidor.

Atualmente, Portugal distancia-se do modelo pluralista polarizado, apresentando meios de comunicação com características do “*catch-all media*” (Aarons de Carvalho, 2011, n.d.), típico do modelo liberal - “cada jornal procura abarcar, no espaço destinado à opinião pública e na sua linha editorial, vários quadrantes ideológicos, reservando os artigos de opinião aos diversos atores políticos” (Álvares et al., 2021, p.5). Este pluralismo é comum a praticamente todos os jornais portugueses atualmente, sendo a sua causa apontada como a existência de um mercado de consumo muito pequeno. Já em 1973, o Expresso surgia com características semelhantes ao tal tipo “*catch-all media*” (Aarons de Carvalho, 2011, n.d.), como veremos mais adiante.

³ O Processo Revolucionário em Curso (PREC), também conhecido como Período Revolucionário em Curso, designa, em sentido lato, o período de atividades revolucionárias decorridas durante a Revolução dos Cravos, iniciada com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 e concluída com a aprovação da Constituição Portuguesa, em Abril de 1976 (RTP Ensina, “O 25 de Abril de 1974 e o processo revolucionário”)

Portugal: do pré-25 de Abril às Primeiras Eleições Democráticas

O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação

O Estado Novo está inevitavelmente ligado à figura de Salazar e de todos os seus apoiantes que almejaram construir um sistema político novo e original (Torgal, 2013, n.d.). Salazar era um homem que pouco se deixava ver, parco em convívios e amizades, adversário de exibições públicas. Escreveu pouco sobre si: entre 1933 e 1968 manteve alguns diários que, hoje transcritos, deixam ver pequenos fragmentos das suas vivências e dos seus sentimentos⁴. Nutria, porém, pelos jornalistas e pelos jornais, uma profunda desconfiança. Pensava que os jornalistas deviam subordinar-se aos interesses do Estado Novo, limitando-se às ideias do regime, e divulgando-as com o propósito de enaltecer as suas realizações (Cabrera, 2022, p.273). Precisamente pela desconfiança com que olhava para o jornalismo, raramente deu entrevistas e, quando aceitava dá-las, conferia todas as respostas antes de serem publicadas, de forma a ter a certeza que a imagem que pretendia passar para a população portuguesa se mantinha intacta. A sua relação com os meios era de tal modo escassa e distante, que tentava dissuadir os seus ministros de privarem com jornalistas; e, embora a Emissora Nacional e a RTP fossem controladas pelo Estado, raramente utilizou ou incentivou a utilização destes recursos, pela exposição pública que tais meios proporcionavam. Era, portanto, uma relação muito estratégica, da parte de Salazar e do Estado, com interesse em divulgar, praticamente, apenas o que de bom fazia o seu governo.

Por isto, não seria de estranhar que o regime de Salazar, instaurado em 1933, tivesse como um dos seus mais importantes pilares a censura. A censura foi instituída pelo Governo da Ditadura Militar, justamente para evitar que a imprensa pudesse ser usada contra o “bem-estar da nação” (Cabrera, 2022, p.273). Porém, há dois momentos que devem ser distinguidos: num período inicial deu-se a configuração constitucional, seguindo-se este momento duma regulamentação avulsa que sairia posteriormente. Curiosamente, a Constituição de 1933 contemplava no art. 8º os aspetos relativos à

⁴ Os diários de Salazar foram publicados em 2021. “O conjunto dos Diários ilustra, dia a dia, hora a hora, de forma praticamente ininterrupta, a atividade pública e privada de Salazar, entre 1 de janeiro de 1933 e 6 de setembro de 1968. Compreende setenta e dois volumes encadernados” (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo*)

liberdade de pensamento e expressão, entendidos como direitos dos cidadãos. Pouco depois, e seguindo uma linha contraditória, sairia a indicação da existência de situações de exceção: “Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de reunião e associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública, na sua função de força social...” (Lima, 2014, p. 109). Se com isto se previa que a censura fosse uma exceção, a realidade é que Portugal viveu sob esta mesma exceção durante toda a governação do Estado Novo.

Em maio de 1936, novo Decreto-Lei viria a alargar as competências deste departamento, que passou a deter a propriedade de autorizar ou proibir a fundação de novos periódicos e, pela primeira vez, também a circulação de livros: era a “censura repressiva” que ficava regulada (Matos, 2006, p.44). Para assegurar que nada acontecia sem ser do seu total conhecimento e agrado, o Estado Novo instituiu, ainda, a obrigatoriedade de os diretores dos jornais, escolhidos pelos proprietários, serem aprovados pelos serviços da censura, que verificariam se se tratava de pessoa “idónea”, fiel aos princípios do regime. Assim, e através do controlo pelas mais diversas estratégias e camadas, a imprensa, durante o período do Estado Novo, devia, tal como afirma Cabrera (2022, p.274), “produzir unicamente informação jornalística inócua; favorável ao regime; pedagogicamente ativa na divulgação dos propósitos do Estado Novo, e onde a crítica e a análise estivessem completamente ausentes”.

O grande objetivo, de Salazar, era, portanto, o de “impedir a eclosão de uma discussão política e, ainda mais, que se alastrasse à massa dos cidadãos. As decisões eram, maioritariamente, tomadas no silêncio do gabinete, no resguardo das chancelarias e secretarias...” (Baptista, 2012, p. 99). Porém, desengane-se quem pense que essa mesma censura terminou quando Salazar deixou de encabeçar o regime e quando Marcello Caetano passou a controlá-lo, mais de 30 anos depois: até 1974, a censura foi uma realidade em Portugal, limitando a imprensa e os jornalistas em praticamente tudo o que diziam, escreviam e pensavam (Cabrera, 2022, p.273).

O jornalismo resistiu, todavia, à desfiguração causada pela vocação que o regime de Salazar destinava aos media, isto é, amplificar os ideais do regime e impedir a propagação de ideias contrárias ao mesmo. Mas foi sempre um jogo desigual, com mais

momentos de colaboração silenciosa do que de confrontação ruidosa (Baptista, 2021, p.51).

Mais tarde, durante a Primavera Marcelista – ou seja, já sob a alçada de Marcello Caetano -, a censura é atenuada. Exemplo disso foram as (pequenas) alterações na forma como funcionava o controlo da imprensa: a Lei nº150/72 constituiu a nova Lei da Imprensa e palavras como “visto”, “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspenso” e “proibido” passaram a ser algumas das palavras utilizadas, que pretendiam mostrar um distanciamento do “antigo” regime. Embora atenuada, esta continuava presente, condicionando, e muito, os jornalistas (Barriga, 2007, p.59).

Leis de Imprensa e a Comunicação Social no Marcelismo

De entre os vários domínios em que o Estado Novo – frequentemente de forma subtil – (muito) interferiu na formação das mentes portuguesas, há pontos em que essa ação censória e limitadora foi mais do que óbvia, principalmente em determinados temas, tais como a oposição ao regime; a contestação à política colonial do Estado Novo; a reforma agrária; a pobreza; a liberdade religiosa; a emancipação da mulher; a sexualidade; a crítica dos costumes vigentes (Gama, 2009, p.5). Acredite-se ou não, havia também palavras interditas como revolução, comunismo ou vermelho (termo reservado apenas para as forças republicanas durante a Guerra Civil de Espanha e para os comunistas soviéticos; devia ser substituído por encarnado).

Por tudo isso, é claro que a comunicação social sofria grande pressão por parte do Estado Novo, que acompanhava as suas edições de perto, lendo e editando as publicações jornalísticas, muito antes delas se tornarem públicas.

Em relatório elaborado pela Direcção-Geral dos Serviços de Censura à Imprensa, elaborado a pedido de Salazar, em 1933, é proposto que os livreiros entregassem listas das publicações recebidas de «carácter político ou social e das que afetem a moral pública.» Nessa primeira instância, se algo escapasse aos tipógrafos, as livrarias deveriam trabalhar como uma segunda barreira. A partir dessas listas, seria feita uma selecção, em forma de lista, das obras proibidas, que serviria como critério para a fiscalização dos

locais de venda, como as livrarias, tipografias, tabacarias ou simples postos de venda (Gama, 2009, p.5).

Tudo o que era escrito passava pelo denominado lápis azul primeiro. E foi assim até ao ano de 1968, aquando da subida ao poder de Marcello Caetano - um primeiro período de expectativas liberalizantes, que vai até 1974 (e que se determinou chamar de «Primavera Marcelista»), em que ainda se criaram expectativas de alteração (Castanheira, 2022, p.26). Porém, a subida de Caetano ao Governo rapidamente se mostrou pouco libertária, tendo mesmo, em fevereiro de 1972, sido publicado um Despacho (*A Política de Informação no Regime Fascista*, op. cit., pp. 266-267), a mando do Ministro do Interior, Gonçalo Rapazote, onde se davam as seguintes instruções, exemplo da grande ação censória ainda existente:

“Tendo-se verificado o aumento substancial de publicações que atentam contra a sociedade e a ordem e ofendem os bons costumes, deverá a Direcção-Geral de Segurança dedicar um cuidado particular ao imediato cumprimento das seguintes instruções:

- 1 - Relacionar as tipografias que se dedicam à impressão de livros suspeitos - pornográficos ou subversivos;
- 2 - Organizar um plano de visitas regulares a essas tipografias para impedir, efectivamente, a impressão de textos susceptíveis de proibição;
- 3 - Organizar brigadas especializadas para este serviço [...]
- 4 - Organizar o serviço de vigilância de entrada no País de publicações pornográficas e suspeitas [...];
- 5 - Organizar a visita regular às livrarias de todo o País para sequestro de livros, revistas e cartazes suspeitos [...]
- 6 - Organizar brigadas especializadas para estas visitas que revestem particular delicadeza e necessitam de muita sensibilidade, ponderação e segurança nas decisões tomadas;
- 7 - Notificar as tipografias e livrarias onde sejam habitualmente apreendidas publicações proibidas [...];
- 8 - Organizar processos individuais relativos a todas as apreensões [...];
- 9 - Informar os Grémios das Artes Gráficas e dos Editores e Livreiros da acção de repressão que vai ser desencadeada contra os responsáveis pela impressão, distribuição ou venda de publicações pornográficas e subversivas [...].” (*A Política de Informação no Regime Fascista*, op. cit., pp. 266-267)

O Estatuto da Imprensa de 1972 (Decreto-Lei 150/72) reafirmou o que fora estabelecido em 1931 durante a ditadura militar, ao proibir, entre outros, a descrição pormenorizada e sensacionalista de casos de vadiagem, libertinagem, uso de estupefacientes, suicídio e crimes violentos. Porém, os temas a que a imprensa não se podia referir não se ficam por aqui: greves, manifestações antigovernamentais e crises universitárias eram temas silenciados (Decreto-Lei n.º 150/72, de 5 de maio); “(...) racismo, integração social e racial, nativismo, descentralização e autodeterminação, liberdade de expressão e eleições, democracia e comunismo, pacifismo e guerras, desigualdade de impostos, taxas portuárias (...) contributo da iniciativa privada para o crescimento das colónias e benefício injustificado de empresas majestáticas, costumes e atividades culturais subversivas ou de margem; questão social e ensino, custo de vida, políticas públicas.” (Melo, 2017, p.482) eram alguns dos temas proibidos.

Por isto, os jornalistas tendem a avaliar negativamente, de forma generalizada, o período marcelista, em que, enquanto classe, de uma forma organizada, se bateram sem sucesso pelo fim da censura: como referido anteriormente, se o período de governação de Marcello Caetano se iniciou com grande esperança, abruptamente essa esperança foi interrompida com novas medidas restritivas da liberdade de expressão (Baptista, 2022, n.d.).

Num paradigma diferente, a mudança de protagonista no poder e a evolução da própria conjuntura política portuguesa provocaram mudanças significativas no jornalismo diário, com reflexos evidentes no tratamento da área política. Claro que este processo foi mais consistente em jornais que já haviam adotado uma cultura redatorial com características de resistência ao regime, como o *Diário de Lisboa* e o *República*; em projetos que tinham no seu comando administrações mais progressistas e modernas, como o *Diário Popular*; ou em títulos recém-nascidos, como *A Capital*, surgido em 1968 (Gomes, 2018, p.117).

Muitos dos futuros líderes políticos do país – nesta altura ainda ilustres desconhecidos, membros de discretíssimas correntes de oposição (internas e externas ao regime) –, iniciaram a construção dos seus perfis públicos justamente nesta altura, ganhando visibilidade, notoriedade e reconhecimento graças a uma cobertura jornalística suficientemente subtil na captação de problemáticas. A seleção destes protagonistas viria a defini-los como interlocutores válidos, isto é, como fontes credíveis de informação

pertinente, levando-os mais tarde a concorrer lado-a-lado com o regime, como veremos adiante.

A Ala Liberal e o pluripartidarismo em Portugal

As eleições de 1969 foram simultaneamente um sinal de esperança e de frustração: por um lado, existiu uma campanha eleitoral relativamente concorrencial; por outro, os resultados foram os mesmos das eleições anteriores, estando presente a negação da participação política efetiva aos membros da oposição.

Ao ter perceção do crescente apoio ao comunismo, bem como a outros grupos ideológicos, em Portugal, Marcello Caetano vai formar um novo governo, tendo em vista o trabalho com os novos deputados da Assembleia Nacional, mas também a ideia de que, através de pequenas mudanças, se poderia “reformular” o partido (Rosa, 2014, p.33-36).

Deste novo Governo faziam parte deputados que compunham as listas da União Nacional (UN), formando a denominada Ala Liberal⁵, que assumiam “o propósito de uma democratização do País e de uma arrancada no seu desenvolvimento económico” (Rosa, 2014, p.33-36).

Da ação da Ala Liberal resultaram sucessivos projetos de lei, que ressaltavam temas que iam desde a amnistia dos presos políticos, à liberdade de imprensa e à liberdade religiosa. A preocupação com a defesa de uma Lei de Imprensa merecerá, especialmente por parte de Francisco Pinto Balsemão, uma atuação mais interventiva na Assembleia. Em fevereiro de 1970, o próprio deputado dirige-se à Assembleia Nacional (AN) dizendo, “nos termos constitucionais e regimentais, formulo ao Governo, através da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, a seguinte pergunta: Quando será enviada à Assembleia Nacional a anunciada proposta de lei de imprensa?” (Diário das Sessões, nº 23, 17 de fevereiro de 1970, p. 415). Dias mais tarde, envia uma carta ao Presidente do Conselho, justificando-se: afirma ser o “único deputado que é jornalista, autor de diversos trabalhos

⁵ Desta fação mais liberal (tal como indicava o nome) fizeram parte personalidades como João Pedro Miller Guerra, José Pedro Pinto Leite, Francisco Pinto Balsemão, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Pinto Machado, Joaquim Macedo, José Correia da Cunha, João Bosco Mota Amaral e Joaquim Magalhães Mota (Parlamento, “A Ala Liberal e a Revisão Constitucional de 1971”)

sobre informação, administrador de uma das maiores empresas jornalísticas do País”, sentindo-se extremamente penalizado (Rosa, 2014, p.37).

As sessões seguintes serão sempre marcadas pela discussão deste tema. A 26 de fevereiro desse mesmo ano, por exemplo, Francisco Balsemão intervém relativamente à interferência da censura sobre os jornais, esclarecendo que diariamente as prosas “são retalhadas, revistas, inspecionadas” (Diário das Sessões, nº 28, 26 de fevereiro de 1970, p. 522). Já um mês antes, Sá Carneiro havia afirmado que era “mais do que tempo de agir no sentido de obter rapidamente um projeto ou uma proposta de lei de Imprensa, que não só restabeleça e discipline o direito de livre expressão do pensamento, como consagre os princípios orientadores das relações empresa-jornalista” (Diário das Sessões, nº 27, 25 de fevereiro de 1970, p. 504).

Sucessivamente adiando a criação dessa desejada Lei de Imprensa, o Presidente do Conselho desculpava-se com a ainda ativa guerra colonial e com os 40 anos em que o país viveu sob o regime de censura, defendendo a necessidade de existência de um período de habituação que preparasse as pessoas para “tamanho abertura do regime”.

Consequentemente, e durante a última sessão legislativa, Francisco de Sá Carneiro deixou expressa a vontade de elaborar ele próprio, em conjunto com Francisco Pinto Balsemão, um projeto de lei de Imprensa. Esse projeto de lei viria a ser entregue a 22 de abril de 1970, e apresentado à Assembleia na sessão de 26 de novembro do mesmo ano (Rosa, 2014, p.38).

Com um total de 18 artigos, o projeto de lei nº 5/X visava a liberdade de expressão do pensamento pela imprensa “sem subordinação a qualquer forma de censura administrativa, autorização, caução ou habilitação prévia” (Diário das Sessões, nº 48S, 26 de novembro de 1970, p. 51-54), adiantando ainda que só o tribunal poderia ordenar a apreensão da publicação.

Os deputados liberais tinham, desde o início das negociações entre a União Nacional e a sua Ala Liberal, muitas expectativas em relação à revisão da Constituição de 1933, tendo Sá Carneiro aceitado candidatar-se a deputado pela “possibilidade de utilizar a revisão da Constituição para promover a transição para a democracia” (Fernandes, 2006, p.91).

A situação entre a Ala Liberal e a Assembleia Nacional revelar-se-ia complexa: apesar da “renovação formal”, existia uma maioria considerável de deputados que mantinha relações diretas e indiretas com o velho regime do Estado Novo. Caetano acreditava que, embora existissem diferentes sensibilidades presentes, o parlamento continuava esmagadoramente conservador e antidemocrático. A exceção eram os recém-eleitos deputados independentes, a Ala Liberal (Mendes, 2020, p.5). A Ala Liberal, composta por cerca de vinte deputados, manteve-se ativa de 1969 até 1973 e pretendia “ser uma terceira via que, entre a situação e a oposição, conseguisse propor e executar um programa que conduzisse Portugal à Democracia” (Balsemão, 2012, p.171).

Estes deputados aceitaram o convite de Marcello Caetano para se candidatarem nas listas da União Nacional, mas sem se ligarem diretamente ao aparelho político do Estado Novo. Relativamente jovens e politicamente inexperientes, acreditavam na evolução interna do regime. Inicialmente existia uma aparente convergência política entre a Ala Liberal e Marcello Caetano; todavia, após o início da sessão legislativa, começou a ficar evidente a incompatibilidade entre o projeto de liberalização controlada de Marcello e o projeto de liberalização democrática defendida pelos deputados da Ala Liberal que, ao contrário de Caetano, desejavam reformas políticas e avanços rápidos na liberalização (Mendes, 2020, p.6-7).

Devido às suas diferenças, muitas foram as vezes em que os dois grupos entraram em confronto. Na ótica do chefe de Governo, este grupo de deputados existia para o apoiar; por sua vez, a Ala Liberal acreditava que a sua função era a de propor propostas para a mudança do regime, rumo à democracia – “Marcello nunca compreendeu bem esta diferença de rumos e em momentos decisivos, onde a Ala Liberal tentou iniciar um rumo democrático, Marcello não os acompanhou” (Mendes, 2020, p.6-7).

No dia que marcou o segundo aniversário da sua governação, Marcello faz um balanço em que afirma que “a reforma da sociedade portuguesa tem de ser feita em paz” (Caetano, 1972, n.d.). Todavia, a paz social e política em Portugal estava cada vez mais frágil, uma vez que para além da oposição do PCP, começaram a surgir novos grupos radicais de esquerda e o próprio PCP iniciou uma estratégia de radicalização violenta. Apesar da expressão política desta radicalização ter um significado pequeno, e ser mais simbólica do que propriamente uma ofensiva real ao poder do Estado Novo, Marcello

encara-a como uma grande ameaça à ordem, aumentando o seu sentimento de desconfiança pela oposição e perigo do avanço comunista (Mendes, 2020, p.7).

Na Assembleia Nacional, o ano de 1970 encerra com a questão da revisão constitucional. No dia 2 de dezembro é apresentado o projeto do governo e no dia 16 o projeto alternativo da Ala Liberal, liderado por Francisco Sá Carneiro. Este projeto alternativo defenderia os direitos cívicos, introduziria o fim dos poderes exageradamente abusivos da polícia política, e reintroduziria a eleição direta do Presidente da República - que tinha sido eliminada na revisão constitucional de 1959, em consequência do susto político que representou para o regime do Estado Novo a candidatura do general Humberto Delgado (*A Ala Liberal e a Revisão Constitucional de 1971*, website Parlamento).

O debate sobre os projetos inicia-se em março de 1971 e termina em julho, com o governo de Marcello Caetano a insistir na impossibilidade de discussão e, consequentemente, a anular administrativamente o projeto da Ala Liberal. Este episódio foi encarado como um exemplo da cultura política do ainda (muito) censório regime, ao qual Miranda (et al., 2012, p.191) se refere da seguinte forma: “o momento de viragem do regime para a não evolução é a revisão constitucional e é o impedir da discussão da votação na especialidade dos projetos apresentados” (Pereira *et al*, 2012, p.191). Foi também a partir deste momento que a Ala Liberal e o governo Marcelista cortaram qualquer tipo de relação – Marcello Caetano acreditava que isto se havia dado por nunca ter encontrado “apoio seguro nos liberais”, afirmando mesmo ter procurado “esse apoio na maioria conservadora da Assembleia, facto da maior importância de que os liberais foram os únicos responsáveis” (Caetano, 1974, p.66).

A 5 de novembro de 1971 é promulgada a Lei da Imprensa (n. °5/71) e a censura passa a designar-se “exame prévio”. Esta lei, que vigorará até abril de 1974, pretendeu, tal como afirmado anteriormente atenuar, na teoria, o papel da censura através de uma delimitação mais específica dos temas sujeitos ao controlo da liberdade de imprensa. Na prática, o exame prévio continuou a ser um instrumento de controlo do Estado, intimidando e condicionando o jornalismo e os jornalistas (Mendes, 2020, p.9-10).

Em 1972, a situação política volta a agravar-se: Américo Tomás é reeleito através do colégio eleitoral e a sua reeleição traduz-se no fechar definitivo do regime a uma

evolução. A oposição reage, naturalmente, mal, e nas universidades começam a disseminar-se os Comitês de Luta Anticolonial (CLAC), ligados a grupos de inspiração marxista-leninista e maoista. Além disso, intensifica-se o ativismo contra a guerra colonial e a reforma do ensino anunciada (Mendes, 2020, p.14).

No mundo católico, por sua vez, assiste-se à crescente contestação da guerra, sobretudo nos núcleos de católicos progressistas. Até mesmo a nova hierarquia da Igreja – com o cardeal-patriarca D. António Ribeiro –, começa a adotar uma atitude de distanciamento relativamente à política colonial do governo (Mendes, 2020, p.15-16).

Em novembro, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova duas resoluções sobre os territórios não autónomos portugueses – a resolução n.º 2908 (XXVII), de 2 novembro, e a resolução n.º 2918 (XXVII), de 14 de novembro. No dia 22 desse mesmo mês, o Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade a resolução (S/322) que exorta Portugal a proceder a uma solução política e ao consequente desenvolvimento de processos de autodeterminação. Com esta resolução, o conflito político-diplomático que Portugal travava com a ONU relativamente aos “territórios não autónomos” é manifestamente perdido. (Mendes, 2020, p.16).

Em finais de janeiro de 1973, Sá Carneiro, incomodado com o constante boicote político da ala conservadora às suas propostas, decide renunciar ao seu mandato. No dia 6 de fevereiro, a propósito de um debate sobre a censura, o ambiente político torna-se cada vez mais denso e resulta com o deputado, Miller Guerra, a pedir a renúncia do seu mandato no final de uma intervenção (Carneiro, 2010, p.15).

Marcello Caetano, sempre preocupado em manter uma certa interdependência entre as sensibilidades e ideologias políticas, tenta minimizar os riscos de ver ruir o seu governo. Não querendo alienar nenhum dos seus apoios políticos, no dia 15 de fevereiro, através de Mota Amaral, procura reunir com alguns dos deputados que restavam da Ala Liberal. Passados apenas 11 dias, a 26 de fevereiro de 1973, escreve uma carta ao então governador da Guiné, António Spínola, numa tentativa de minimizar a distância política e pessoal que se estava a cavar com o mesmo (Mendes, 2020, p.17), procurando evitar uma rutura que poderia fragilizar ainda mais o regime e intensificar as divisões internas.

Todos estes atos eram tentativas de controlo de danos, de dar continuidade à governação restrita e ideal do Estado Novo. Todavia, os danos começaram a ser cada vez

maiores, a facilidade de controlar cada vez menor, e o ano de 1973, o *annus horribilis* do governo, será o princípio do fim.

A madrugada esperada: o 25 de abril de 1974

A Revolução na Imprensa

Até ao dia 24 de abril de 1974, Portugal vivia sob a mais antiga ditadura europeia contemporânea. Palco de uma liberalização prometida por Marcello Caetano há demasiado tempo, o país vivia numa instabilidade constante, sendo habituais movimentações como as manifestações estudantis ou anticoloniais, como visto anteriormente (RTP Ensina, “A revolução de 25 de Abril de 1974”).

Por isto, não seria de admirar que o ano de 1974 começasse com o denominado Golpe das Caldas: a 16 de março, o Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha levou a cabo uma tentativa de golpe de estado, que acabaria por não resultar como se esperaria (RTP Ensina, “16 março 1974 – O princípio do fim”).

Por isto, nas primeiras horas da manhã da madrugada de 24 para 25 de abril, militares de vários ramos viajaram de várias partes do país para ocupar pontos estratégicos na capital portuguesa, com o objetivo de derrubar o regime (RTP Ensina, “A revolução de 25 de Abril de 1974”)

Os sinais de código para dar o arranque das operações – canções de Paulo de Carvalho e Zeca Afonso – foram transmitidos através da rádio nas horas anteriores, e a zona dos ministérios, órgãos de comunicação e outros locais considerados sensíveis foram subjugados pelos militares sublevados (RTP Ensina, “A revolução de 25 de Abril de 1974”).

A reação do regime foi lenta e ineficaz. Consequentemente, e embora o fim do Governo já se encontrasse iminente há algum tempo, o colapso da ditadura foi encarado como súbdito e paradoxal (RTP Ensina, “A revolução de 25 de Abril de 1974”).

O processo político iniciado com o 25 de Abril viria mesmo a pôr fim a quase meio século de ditadura e a um aparelho repressor das liberdades e direitos - e, em

consequência, condicionador da liberdade de imprensa. Este processo – contradizendo tudo aquilo que se previa da intervenção de militares na transição e mudança política, dado o que se assistia noutros países – trouxe consigo um programa que se afirmava democratizador, do qual faziam parte a constituição de um governo civil, bem como a realização de eleições livres e de uma imprensa também ela livre (Lima, 2014, p. 2382-2383).

Porém, da Revolução de abril de 1974 à liberalização dos meios de comunicação social e do jornalismo houve um longo espaço de tempo. Mário Mesquita (1994, p.64) sustenta, por isso, que nesse período decorrido, passaram a existir três formas de estar distintas: a primeira dizia respeito aos “herdeiros do antigo regime, que procuravam retardar o pleno desmantelamento dos mecanismos censórios” através da utilização de “formas de repressão administrativa *a posteriori*” (através de multas e suspensões, por exemplo); a segunda corrente abrangia os “defensores de teses revolucionárias e vanguardistas”, sendo estes, “paradoxalmente”, favoráveis “à adoção de formas de censura *a posteriori*”; por fim, a terceira corrente era constituída pelos “partidários de concepções pluralistas do sistema de comunicação social”, defendendo uma “ausência de formas de repressão administrativa, ficando os órgãos de comunicação social sujeitos apenas à apreciação jurisdicional” (Mesquita, 1994, p.64).

Efetivamente, o período que se seguiu à Revolução de Abril de 1974 foi marcado, no que diz respeito ao sector da Informação, por uma luta intensa pelo controlo dos órgãos de comunicação social: estava em causa a definição do tipo de regime a implementar em Portugal e os media afiguravam-se como uma peça fundamental para as diversas forças que queriam governar, chegarem à opinião pública (Gomes, 2013, p.73-83), pelo que conflitos como a greve e ocupação da Rádio Renascença, os saneamentos no Diário de Notícias, RTP, Emissora Nacional e noutros órgãos, e os projetos de repressão

administrativa – «Projeto Jesuíno»⁶ e «Lei da Censura Militar»⁷ – não seriam de espantar, dada essa enorme disputa pelo controlo dos meios de comunicação.

Desta forma, e transitoriamente, é nomeada uma Comissão *Ad-Hoc*, composta por militares do MFA, para “salvaguarda dos segredos dos aspetos militares e para evitar perturbações na opinião pública causadas por agressões dos meios ideológicos mais reacionários” (Artigo 1º, Decreto-Lei nº 281/74, de 20 de junho de 1974. Diário do Governo, nº 156 – I Série; Gomes, 2015). Na realidade, esta Comissão foi criada com o intuito de vigiar os conteúdos da comunicação social, como referido anteriormente, e apresentava-se contrária aos princípios da liberdade de pensamento e expressão, embora o general Spínola se justificasse dizendo que pretendia “apenas a prevenção de situações que alterassem a ordem pública” (Gomes, 2013, p.73-83).

Não tardou a que as reações da comunicação social às sanções aplicadas pela Comissão *Ad-Hoc*, nomeadamente a jornais como o *República* ou *A Capital*, começassem a surgir, levando a “fraturar-se o apoio dos órgãos de comunicação social ao MFA”, embora o auge deste distanciamento ocorra mais adiante, como veremos (Conselho de Imprensa, 1979).

Não seria, porém, de estranhar, que os conflitos que surgiam entre quem governava o país e quem o noticiava causassem forte instabilidade no interior das empresas jornalísticas; isto, aliado à falta de preparação dos jornalistas para exercer a profissão (muitos deles escolhidos tendo em conta a sua militância política), fez com que os órgãos de comunicação social, nesta fase inicial do processo revolucionário, se confundissem com “um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão” (Mesquita, 1994, p.64).

⁶ «Segundo o “Projeto Jesuíno”, a “aplicação estrita” da Lei de Imprensa “dá lugar a ambiguidades, e entra em contradição com alguns aspetos do processo revolucionário”. Novamente o confronto entre a “legitimidade revolucionária” e a “legalidade democrática” (...). Neste sentido, com este novo projeto-lei, pretendia-se criar “instrumentos revolucionários” que permitiriam “uma resposta aos atentados à liberdade e às atitudes contra-revolucionárias”» (Gomes, 2015)

⁷ A Lei de Censura Militar, instituída em março de 1975 durante o PREC em Portugal, permitia às autoridades militares controlar publicações e restringir conteúdos considerados contrários à revolução ou subversivos. Justificada pela necessidade de proteger o processo revolucionário, a medida gerou críticas por limitar a liberdade de expressão, contradizendo os ideais democráticos da Revolução dos Cravos. Foi revogada em novembro de 1975, após o fracasso do golpe de 25 de novembro, marcando o fim do período mais radical do PREC (RTP Ensina, “*Memórias da Revolução*”)

O ano de 1975 fica marcado pela aprovação da Lei de Imprensa. Esta traz consigo alterações na organização das empresas jornalísticas estipulando, por exemplo, que a nomeação dos diretores dos órgãos de comunicação passaria a ser responsabilidade da própria empresa, em conformidade com o voto dos seus conselhos de redação. Além disso, estipula que a “liberdade de expressão do pensamento pela imprensa será exercida sem subordinação a qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia” (Conselho de Imprensa, 1979).

É precisamente no ano de 1975 que vão ocorrer os principais casos que marcaram a revolução relativamente aos media. É instituído o denominado Conselho da Revolução, significando uma viragem no PREC (Processo Revolucionário em Curso), que assim “conhece um enorme salto qualitativo traduzido também nas primeiras nacionalizações e na reestruturação do Governo Provisório” (Rezola, 2006, p.127). Dá-se a nacionalização da imprensa, consequência da nacionalização da banca e seguros e, nos jornais de Lisboa, cria-se o clima ideal de um discurso monolítico, colado ao gonçalvismo e ao Partido Comunista. Por isto, foram várias as intervenções diretas numa tentativa de afastar jornalistas de orientação mais moderada (Lima, 2014, p.323).

Num momento em que a luta pelo controlo ideológico dos órgãos de comunicação se intensificava, assumindo níveis nunca vistos, começam a surgir novos jornais e novas formas de fazer jornalismo, com as mais variadas tendências políticas, que não hesitavam em criticar o PCP e o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, afastando-se assim da tendência dos órgãos estatizados (Lima, 2014, p.341).

No conturbado mês de novembro de 1975, os boatos de que estaria a ser planeado um golpe de Estado multiplicavam-se, assim como as iniciativas e mobilizações político-partidárias. O mês de novembro resumiu-se maioritariamente a “dias de provocações permanentes e de preparação para o golpe de Estado há muito anunciado” (Rezola, 2006, n.d.), tendo a imprensa contribuído para adensar este clima de agitação que se vivia. Aproximava-se o 25 de novembro, um momento que significou o fim do processo revolucionário, o início de um novo momento político, mas também uma mudança no panorama mediático nacional.

O surgimento de um novo jornal português: o Expresso

A 6 de Janeiro de 1973, praticamente um ano antes da Revolução dos Cravos, um novo semanário chegava às bancas. De estilo britânico e desenvolvido a partir de um projeto profissional de Francisco Pinto Balsemão, deputado da Ala Liberal e profundo conhecedor do meio jornalístico, o novo semanário propunha-se a “contribuir para que se alcance em Portugal a liberdade de informação, liberdade de informar e de ser informado”, tal como o seu diretor escrevera no principal editorial do primeiro número do Expresso.

A preocupação por desenvolver um jornal de qualidade que seguisse o modelo jornalístico britânico levou a que alguns dos principais editores e jornalistas do Expresso, nomeadamente Augusto de Carvalho e Fernando Ulrich, viajassem até ao Reino Unido a fim de realizar um estágio no *The Sunday Times* e *The Observer*. As ambições de Balsemão não demoraram a chamar a atenção da Direção-Geral de Segurança (ex-PIDE), que via na criação do Expresso e nos estágios realizados no estrangeiro uma possível ameaça ao regime.

Mas importa voltar atrás para compreender a génese do Expresso. O forte controlo económico e político, por parte das elites, que os grupos de comunicação social vinham a sofrer desde o início dos anos 70 mereceu sempre especial atenção por parte de Francisco Pinto Balsemão.

O panorama político – embora diferente do que acontecera nos primórdios do Estado Novo – continuava bastante incerto. As mudanças introduzidas pela nova Lei de Imprensa (Decreto-Lei nº150/72) eram muito limitadas. Para Balsemão, sobressaía especialmente, neste novo documento, a possibilidade da livre criação de títulos jornalísticos, que até então estariam condicionados à aprovação do nome do seu diretor por parte do Governo (Rosa, 2014, p.44).

De acordo com Batista (2012, p.273-274), “até ao surgimento do Expresso, os jornais do contra adotavam estratégias de resistência à uniformização da informação com pouca margem de variação entre si”, com reportagens-choque ou extensas peças com referência a fontes documentais. “A severa limitação dos interlocutores imposta pela censura e a impossibilidade de falar dos assuntos de uma forma equilibrada, levou ao

evitar da política” (2012, p.272-274) e à concentração de esforços em temas “mais protegidos das desastrosas intervenções dos censores, que retalhavam a eito sempre que o texto aflorava a vida política nacional numa perspetiva menos oficial ou convocava protagonistas cujos nomes estavam banidos ou tinham opiniões consideradas subversivas.” (Batista, 2012, p.272-274).

O auge desse processo de modernização da imprensa aconteceu em 1973, com o surgimento do Expresso, que, em muitos sentidos, marcou uma quebra com o modelo tradicional e representou o primeiro movimento para aproximar a imprensa portuguesa dos padrões predominantes na Europa.

Todavia, em 1973, as condições de recetividade da sociedade portuguesa a um novo título eram agora maiores: para esse aumento da procura de informação terão contribuído assuntos como, por exemplo, a guerra colonial que, desde 1961, mobilizava grande parte dos recursos materiais e humanos da metrópole. Balsemão acreditava que “as pessoas, cada vez menos passivas, anseiam por publicações que lhes tragam periodicamente os factos comentados, que traduzam, em notícias e opinião, o que de verdade se pensa, sem subterfúgios nem esquecimentos, sem desculpas nem pretextos”⁸ (Balsemão, 1972, p. 12). Ainda assim, importa relembrar que a Lei de Imprensa continuava a não permitir a publicação de

“propaganda que atentasse contra a integridade do território; informações consideradas como confidenciais; extratos de processos sobre o estado e a capacidade das pessoas ou referente a crimes contra a honestidade, de ultraje à moral pública, de aborto, ou difamação de injúria.” (Rosa, 2014, p.44)

Numa das entrevistas anteriormente referidas, mais concretamente numa entrevista à Flama, Balsemão assume “continuar a pugnar por uma imprensa que retire aos políticos o monopólio da política e que, funcionando com um poder autónomo, não necessite da tutela governamental” (Revista Flama, 27 de outubro de 1972, p. 12). Não passa muito tempo até que o sonho se torne realidade: a 21 de dezembro de 1972, acontecia a cerimónia de lançamento do Expresso, no hotel Ritz, em Lisboa.

⁸ Entrevista a Francisco Pinto Balsemão, *Revista Flama*, 27 de Outubro de 1972, p. 12

O Expresso, ao contrário dos seus antecessores, não fugia à política, mas assumia-se como um jornal focado nela, pelo destaque que lhe dava nos conteúdos noticiosos e em espaços dedicados à análise, opinião ou comentários. Exemplo disso era o *Visto*, que figurava habitualmente na página 8, por vezes remetido para as páginas 6 ou 10. Aqui, Francisco de Sá Carneiro, então membro e companheiro de Balsemão na Ala Liberal, procurava, em cada semana, “comunicar o que de política nacional se vê” (*Expresso*, 1973, n.d.), comentando a atualidade política nacional.

Escrito numa linguagem concisa e simples, o Expresso procurava chegar a todos os portugueses e transmitir-lhes informações de que dispunha privilegiadamente, não só através da rede de fontes da Ala Liberal, mas também através de informação que o próprio governo lhes cedia (Leite, 2016). O semanário constrói, por conseguinte, “uma rede alternativa de *opinion makers* credíveis, afirmando-se como um jornal de referência na formação de opinião pública” (Batista, 2012, p.281).

Até maio de 1973, o Expresso mantinha o seu “jogo de cintura”, fazendo publicações regulares e sem aparentes problemas. Todavia, a partir dessa altura, a censura começou a trilhar o destino do jornal, tal como afirmou Marcelo Rebelo de Sousa numa entrevista realizada por Carla Baptista (2012, p.67-71). Foi o atual Presidente da República que, na altura a substituir Francisco Pinto Balsemão temporariamente, mandou desrespeitar a censura, ordenando a publicação de dezenas de artigos que haviam sido anteriormente cortados (Sousa, 2004, n.d.).

A punição foi a *prova de página*⁹, a qual só viria a ter consentimento para publicação no verão de 1973, seguindo-se, depois, um período mais calmo. Porém, a censura continuava a apertar e “o jornal atrasava-se, saía à segunda em vez de ao sábado e houve uma quebra de tiragem brutal” nas últimas publicações, por causa desses atrasos. É o próprio Francisco Pinto Balsemão quem o afirma, em 2024, por ocasião dos 50 anos da Revolução; e vai mais longe: “Se não tivesse havido o 25 de Abril, provavelmente o Expresso não teria sobrevivido” (Batista, 2012, p. 270).

⁹ Quando um texto, artigo ou qualquer outra publicação estava prestes a ser impresso, a prova de página era uma versão preliminar que passava pela revisão da censura. Os censores examinavam essas provas para identificar e remover qualquer conteúdo que pudesse desafiar o regime, promover ideias contrárias à ideologia do Estado Novo, ou criticar o governo e suas políticas. Somente após a aprovação e possíveis correções indicadas pelos censores é que a publicação poderia ser produzida e distribuída (Mendes, 2004)

No prefácio de “O que a censura cortou”, escrito por José Pedro Castanheira, o diretor do Expresso fala em 68 números publicados, de 6 de janeiro a 1973 a 20 de abril de 1974, todos – desde o primeiro até ao último – submetidos à censura. O chamado *Exame Prévio* exercia a censura tão frequentemente e drasticamente em matérias aparentemente inofensivas que, à sexta-feira à noite, era certo que a redação teria que mexer nas páginas já prontas do jornal, substituindo notícias ou artigos que haviam sido cortados ou suspensos e cujos espaços não podiam chegar em branco às bancas, ponderando se a peça merecia publicação apesar do corte parcial (Castanheira, 2013, p.7).

As primeiras páginas eram as mais afetadas, com os artigos cortados a serem substituídos por outras notícias. Nas páginas seguintes, as lacunas eram preenchidas com “matérias mais ou menos intemporais”, fotografias ou “um de dois anúncios pronto para entrar em vários formatos e que diziam «Expresso – Um jornal para saber ler» e «Expresso – O semanário dos que sabem ver» (os leitores depressa se aperceberam que a entrada destes anúncios significava ter havido corte da Censura)” (Castanheira, 2013, p.7).

Os censores haviam recebido ordens para não cortar em notícias sobre os discursos proferidos na Assembleia Nacional, o que permitia a divulgação de opiniões contrárias ao regime, muitas vezes declaradas por deputados da Ala Liberal. Essas opiniões variavam sobre temas como o “ultramar, a PIDE/DGS, a Europa, ou cooperativismo¹⁰”, por exemplo, e, embora de forma menos interventiva, os censores mantinham-se particularmente atentos a estes “temas tabu” (Castanheira, 2013, p.9).

Na altura, o diretor do Exame Prévio era Mário Bento Martins Soares, com quem Marcelo Rebelo de Sousa – na altura, enquanto colaborador do Expresso – negociava todas as sextas-feiras à noite, os cortes e suspensões efetuadas. Temas com maior relevância tinham de ser discutidos com a dupla diretor geral e secretário de Estado, respetivamente Geraldes Cardoso e Moreira Batista, moderados por Feytor Pinto¹¹. Os

¹⁰ O cooperativismo durante o Estado Novo foi integrado à ideologia corporativista do regime. Em vez de um modelo de cooperativismo baseado em princípios de autogestão e autonomia, no Estado Novo as cooperativas foram usadas para promover o controlo estatal e garantir que a produção e a organização económica se alinhavam aos objetivos do regime. As cooperativas eram uma forma de organização económica, mas sempre sob a supervisão e regulamentação do governo (Ribeiro, 2012)

¹¹ Pedro Feytor Pinto era o diretor dos Serviços de Informação do governo de Marcello Caetano, que tinha sobretudo o pelouro das relações com a imprensa estrangeira (Castanheira, 2013)

dois primeiros eram intransigentes – “diziam que não a tudo ou quase tudo” – e quando os temas eram considerados de “grande importância” de publicação, o Expresso esperava que Geraldês Cardoso se ausentasse de Lisboa para tentar a concordância com Feytor Pinto” (Castanheira, 2009, p.9). Exemplo disso foi, por exemplo, o *Visto* assinado por Pinto Balsemão, intitulado “Um problema chamado Ultramar”, onde se apelava a uma solução política para acabar com a Guerra Colonial – “Depois de ter sido cortado na íntegra, acabou por ser autorizado umas semanas depois, por Feytor Pinto e ser publicado (...) quando Geraldês Cardoso se encontrava de férias” (Castanheira, 2009, p.9-11).

Nesta altura, já Francisco Sá Carneiro escrevia apenas mensalmente no espaço *Visto*, dada a incessante perseguição e os cortes totais e parciais a praticamente tudo o que escrevia, passando a coluna a ser de opinião rotativa, com assinatura dos dois anteriormente referidos, bem como de Magalhães Mota e Miller Guerra. A coluna foi, “sem dúvida, a mais perseguida” (Castanheira, 2009, p.9-11) e apesar de o Expresso não ter conservado muitos dos textos que Francisco Sá Carneiro escreveu neste espaço, Pinto Balsemão escreveu, no 1º aniversário do Expresso, a 5 de janeiro de 1974 – e num texto não submetido à censura –, que nenhum *Visto* escrito da autoria de Sá Carneiro “veio à luz na sua versão integral” (Leite, 2016, p.47).

De acordo com João Figueira, o periódico fundado e liderado por Balsemão, revelou-se “a mais influente e escutada voz do centro-direita” durante o processo revolucionário e “jamais se desviou um milímetro que fosse do seu principal objetivo de luta e oposição à onda de esquerda que dominava o país” (Figueira, 2007, p.132).

Porém, na rua Duque de Palmela não se fazia só jornalismo, fazia-se também política. Vicente Jorge Silva, na altura também colaborador do Expresso, afirmou, nos 40 anos do jornal, que, nesta altura, “...tirando a política, o jornal ainda andava à procura do seu próprio percurso” (*Expresso* 40 anos, 2013)¹². Assim, com o acelerar da revolução, o jornal envereda por um jornalismo de combate, em defesa de um regime democrático.

Não é possível negar que, durante os seus primeiros anos, o Expresso funcionou como uma espécie de “incubadora” daquele que viria a ser o principal partido político de centro-direita: o PPD e, anos mais tarde, atual Partido Social Democrata (PSD). Fundado

¹² Disponível em https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795

a 6 de maio de 1974 por vários deputados da Ala Liberal, como Francisco Pinto Balsemão (fundador, diretor e principal acionista do Expresso), Francisco Sá Carneiro e Joaquim Magalhães Mota, o PPD teve na redação do Expresso, durante os primeiros anos, a sua sede não oficial (Serra, 2018, p.28).

João Figueira (2007) classificou, por isso, o Expresso como um ator político e “instrumento essencial para o PPD” (Serra, 2018, p.29), explicando que o jornal, no seu início, se caracterizava mais, precisamente, por ser “um veículo de opinião que de informação” posto que “a sua influência residia na força dos comentários e análises” (Serra, 2018, p.29). Todavia, importa realçar que esta função “instrumental” do semanário na política não deve ser confundida com um “uso e abuso” do espaço dado aos dirigentes dos partidos (Figueira, 2007, 132).

Num texto evocativo, ainda durante o PREC, Balsemão destaca que, após o silenciamento do jornal *República*, o Expresso era "o único meio de comunicação social de expansão nacional não controlado pela Aliança PCP/MFA (Movimento das Forças Armadas), ou parte do MFA" (Castanheira, 2013, n.d.¹³).

Durante o verão quente, as tiragens do jornal chegam aos 150 mil exemplares. O ritmo de acontecimentos é tal que a partir de 5 de novembro de 1975 passa a sair uma edição à quarta-feira, chamada "Expresso Extra" (Castanheira, 2013, n.d.¹⁴).

Em 1975, é publicado o Estatuto Editorial¹⁵ (cf. Fig. 8), que define a orientação do jornal. Nele, o Expresso assume-se como uma publicação informativa que, contrariamente às outras “ditas doutrinárias”, “não visa predominantemente divulgar qualquer doutrina, ideologia ou credo religioso” (Rosa, 2014, p.50). Entende que as publicações de natureza informativa se devem manter independentes do poder económico e político, cumprindo assim a sua função na sociedade – trata-se de “instituições

¹³ *Idem*

¹⁴ Disponível em https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795

¹⁵ Antes de 1975, os jornais não tinham um verdadeiro “estatuto editorial” no sentido de autonomia editorial ou liberdade de imprensa – em vez disso, o estatuto editorial dos jornais era, na prática, definido e restringido pelas políticas do regime. O primeiro Estatuto Editorial do *Expresso* foi publicado apenas a 13 de junho de 1975, por via da lei de imprensa em vigor na altura, que pretendia a adoção e divulgação de um estatuto editorial por parte das publicações informativas (Diário da República, Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de fevereiro)

autónomas, através das quais os cidadãos possam, em liberdade e no pluralismo, procurar o esclarecimento de que necessitam para o exercício das suas opções” (Rosa, 2014, p.50).

O 25 de novembro de 1975 pôs termo aos dias loucos do PREC, como visto anteriormente, mas a necessidade de reforma de um país, profundamente marcado pela ditadura e pela revolução, continua. Só a partir de 1976, com as eleições livres e a legitimidade de um poder finalmente democrático, é que o Expresso começa finalmente a poder assumir o papel de contrapoder (Castanheira, 2013, n.d.¹⁶).

¹⁶ Disponível em https://expresso.pt/site_expresso_40_anos/a-historia-de-2080-semanas=f777795

Metodologia: Corpus de análise

Desde o período de governação de Marcello Caetano às primeiras eleições livres de 1976, não esquecendo as dificuldades sentidas pela intervenção da censura, o presente trabalho centrou-se, até ao momento, em analisar o contexto histórico e político em que surgiu, em 1973, o projeto encabeçado por Francisco Pinto Balsemão – o jornal *Expresso*. Porém, este estudo não ficaria completo sem uma análise de conteúdo temática qualitativa, que é, na definição de por Braun e Clarke (2012, n.d.) “(...) an appropriate and powerful method to use when seeking to understand a set of experiences, thoughts, or behaviors across a data set” (Kiger *et al.*, 2020, p.3). Depois de escolhido este método de análise, compreendeu-se que a abordagem dedutiva seria a melhor a ter em conta: “o raciocínio ou abordagem dedutiva é uma abordagem lógica em que se avança de ideias gerais para conclusões específicas” (Bhandari, 2022, n.d.)¹⁷. Bernard e Ryan (1998, n.d.)¹⁸, por sua vez, apresentam uma tipologia útil para compreender a gama de dados qualitativos, dividindo-os em três tipos básicos – texto, imagens e som (Guest *et al.*, 2012, p.8).

Esta dissertação terá por base a análise de texto e imagem, ficando excluído o som, tendo sido escolhidas quatro primeiras páginas do jornal, uma por cada ano (de 1973 a 1976), que pretendem demonstrar os temas, assuntos e problemáticas que aqui foram estudados

Como é comum na análise temática dedutiva, o estudo destas quatro primeiras páginas do jornal assenta em temas tradicionalmente existentes nos jornais nacionais portugueses à época, sendo que a definição das categorias temáticas utilizadas neste trabalho obrigou ao estabelecimento de um conjunto de parâmetros.¹⁹ Desta forma, a integração das notícias nas respetivas categorias foi efetuada com base nos seguintes critérios:

¹⁷ Disponível em [What Is Deductive Reasoning? | Explanation & Examples \(scribbr.com\)](https://www.scribbr.com/what-is-deductive-reasoning/)

¹⁸ Disponível em [Techniques to Identify Themes in Qualitative Data \(analytictech.com\)](https://analytictech.com/techniques-to-identify-themes-in-qualitative-data/)

¹⁹ Para que esta tarefa de análise fosse simplificada, as peças foram catalogadas, autonomizando as notícias de acordo com a primeira perceção sobre o seu enquadramento temático, como poderemos ver nas páginas que se seguem

Política – Notícias que abordam assuntos relacionados com o Governo e respetivos ministros, medidas governamentais, atividades dos políticos portugueses (dentro e fora do país), assuntos da Assembleia Nacional, bem como todas as crónicas de carácter político produzidas pelos deputados da Ala Liberal e publicadas neste jornal;

Economia – Notícias sobre a Bolsa, os bancos e a situação económica em geral, mas também artigos sobre o consumo de produtos e o aumento dos preços;

Cultura – Notícias que incidem sobre arte, cinema, exposições, música, literatura, e até a publicação de contos inéditos;

Desporto – Notícias sobre modalidades e competições desportivas;

Religião – Notícias respeitantes a todas as práticas ou manifestações religiosas;

Saúde – Notícias sobre a realidade dos hospitais, os serviços de saúde e várias questões relativas às condições clínicas das populações;

Justiça – Assuntos respeitantes a julgamentos, crimes, detenções;

Educação – Notícias que digam respeito ao ensino, bem como às crises académicas dos anos de 1960, por exemplo;

Internacional – Conteúdos relacionados com questões de política internacional;

Sociedade – Assuntos que frisem informação do domínio público, como manifestações, despedimentos, sindicatos, greves, chefia de novos cargos.

A análise cinge-se a estas quatro primeiras páginas dada a grande quantidade de informação existente no período temporal escolhido. A primeira página é o elemento fulcral neste estudo, pois funciona como uma espécie de mostruário do jornal, concentrando em si características e atrativos que permitem ao leitor identificar o jornal, e optar por lê-lo ou não. É, portanto, na primeira página que devem vir destacadas as notícias mais importantes a tratar nessa edição, dividindo os textos jornalísticos em manchetes, títulos e chamadas.

A manchete pode ser definida como o título (ou títulos) de maior importância, que, inseridos normalmente na parte superior da capa, contribuem para “nortear o que é importante, extraordinário ou incomum” (Sarturi, 2011, p.18). O título, por sua vez, é o

que tem maior destaque nas páginas dos jornais, sendo para ele que os leitores olham em primeiro lugar. Deve ser um resumo da notícia que se segue, não descurando a sua função de cativar o leitor. Neste contexto, a sua escrita deve ser particularmente. Por fim, a chamada remete-nos para uma informação resumida a respeito de uma matéria que será desenvolvida nas páginas interiores. Através das chamadas podemos perceber o que o jornal publicou sem ter de analisar exhaustivamente o que lá vem escrito, principalmente no interior do mesmo (Sarturi, 2011, p.18).

Resultados: Análise de Primeiras Páginas do Expresso

1973 – O ano de nascimento

Tal como referido no decorrer deste trabalho, o primeiro número do Expresso saiu a 6 de janeiro de 1973, trazendo aos portugueses uma visão do país nunca antes referida. Esta primeira página vinha definir o modelo do novo semanário: manchete forte, notícias exclusivas; do lado direito uma coluna com pequenas notícias de última hora, denominada “24 Horas”; ao fundo da página uma foto-legenda.



Figura 1

“63 por cento dos portugueses nunca votaram” era a manchete desta edição (cf. Fig. 1), resultado de um inquérito encomendado pelo jornal. Esta publicação e os resultados da sondagem vieram agitar a sociedade, num tempo em que não havia liberdade política e de expressão, sendo a censura prévia uma realidade em toda a imprensa portuguesa.

Os resultados mostravam que a taxa de abstenção em Lisboa era mais elevada do que no Porto, com uma percentagem de 79% contra 47% (cf. Fig. 1).

Acutilantes são os dados que se noticiam, como “este inquérito (...) visa fazer uma cobertura o mais completa possível sobre as eleições para deputados, que este ano se vão realizar no nosso país e cujo significado não podemos ignorar: desde a forma como

decorrerem, aos deputados que forem eleitos” ou, mais adiante, “é evidente que tais conclusões se referem a indivíduos com mais de 35 anos, pois só tais pessoas puderam votar alguma vez na eleição do Presidente da República por sufrágio direto” (*Expresso*, 1973, nº1).

A acrescentar a estes dados, o *Expresso* anunciava os resultados de um inquérito que questionava os portugueses sobre a possibilidade do direito ao voto aos 18 anos. “Com base na amostragem (do inquérito) conclui-se que 49% da população concorda que o direito de voto deveria ser dado a todos os indivíduos com mais de 18 anos...” (*Expresso*, 1973, nº1).

No fundo da primeira página, questionava-se a legalidade do imposto sobre os automóveis, um assunto também este delicado de apresentar. A foto-legenda apresenta o resumo da Reunião de Ministros de 15 de dezembro de 1972, em que se votou o estabelecimento de um imposto anual sobre “todos os automóveis ligeiros de passageiros, ou mistos, tendo em atenção as características do veículo, a antiguidade e utilização normal” (*Expresso*, 1973, nº1). Refere, ainda, porém, que “entendem (...) diversas pessoas ligadas à atividade automobilística que a generalização da tributação não é possível por não corresponder à vontade da maioria dos deputados que, em S. Bento (...), deu a vitória à proposta de alteração subscrita pelos deputados Ulisses Cortes, Almeida Garrett e outros” (*Expresso*, 1973, nº1).

Logo neste ano fundador, o *Expresso* demonstrou também a vontade de noticiar não só os grandes acontecimentos nacionais, mas também os internacionais. Exemplo disso são as notícias sobre a recusa, por parte de Edward Heath, à época Primeiro-Ministro britânico e líder do Partido Conservador, em debater os bombardeamentos americanos no Vietname, no Parlamento inglês. Heath, tal como cita o jornal, considerava que “não há qualquer utilidade em se tomarem posições de censura, quando o que importa é um cessar-fogo, logo seguido do acordo de paz” (*Expresso*, 1973, nº1).

Além disso, também nesta primeira primeira-página é noticiada a visita de Giuseppe Medici, Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, à China.

Todavia, a notícia internacional que mais sobressai nesta edição é “Nixon impõe ao Congresso silêncio sobre o Vietnam”, anunciando que os membros do Partido Democrata – a maioria, no Congresso dos Estados Unidos – se demonstravam

descontentes e exigiam ao Presidente Richard Nixon (Republicano) que terminasse a Guerra no Vietname o mais rapidamente possível (*Expresso*, 1973, nº1). No final desse mesmo mês, Nixon acabaria por anunciar o fim da participação dos EUA na Guerra.

Nesta primeira página dá-se conta ainda da reunião do Conselho de Ministros do dia 5 de janeiro de 1973, pequena nota sobre futebol e a condição dos árbitros na altura e noticia-se a possível existência de um leão à solta em Rio Maior, embora as autoridades competentes não tenham confirmado este facto ao *Expresso* (cf. Fig. 4).

1974 – O ano da Liberdade

A primeira página mais marcante (e, por isso, a escolhida para análise) de 1974 teria de ser de abril. Em abril, a Liberdade. Sophia de Mello Breyner descrevia-a como “Esta é a madrugada que eu esperava/o dia inicial inteiro e limpo/onde emergimos da noite e do silêncio”. Foi assim que se sentiu Portugal na madrugada de 24 para 25 de abril de 1974, a noite em que chegava, finalmente, a tão esperada Revolução. Foi no contexto da Revolução dos Cravos que, no dia 27 desse mês, dois dias após a Revolução, saiu o número 69 do *Expresso*.



Figura 2

Na primeira página desta edição, o editorial dava nota da Revolução: “Nas ruas, nos cafés, nos transportes coletivos, o ambiente é de alegria. O semblante normalmente triste dos portugueses resplandece com as perspectivas da «libertação do País do regime que há longo tempo o domina»” (cf. Fig. 2). As críticas são também, agora, muito mais duras, nesta que é a primeira edição sem censura prévia: “Os verdadeiros interesses nacionais, embora muitas vezes invocados, passaram a plano secundário enquanto os detentores do poder, obcecados por preocupações legalistas ou defendendo antes de tudo as suas posições e interesses pessoais, se digladiavam” ou, por exemplo, “Por agora, não chegou o momento de julgar a quem pertencem as culpas da situação a que o País chegou. Quando a História proferir a sua sentença, será, todavia, útil não esquecer que, para além das fraquezas do prof. Marcello Caetano (...), as responsabilidades do ex-Presidente da República, almirante Américo Tomás, são porventura mais graves” (*Expresso*, 1974, nº69).

Contavam-se pormenores da detenção do Presidente da República, almirante Américo Tomás, na sua residência, tendo posteriormente seguido do Aeroporto da Portela “rumo ao Funchal, o avião onde viajavam o almirante Américo Thomás, o prof. Marcello Caetano e os drs. Silva Cunha e Monteiro Baptista” (*Expresso*, 1974, nº69).

Com a Revolução, também das colónias chegavam notícias – neste caso, de Moçambique (ou de Lourenço Marques, como era conhecida, à época, a capital de Maputo). Escreveu-se “A notícia do Golpe de Estado espalhou-se por todo o território moçambicano, horas depois de o Movimento Revolucionário das Forças Armadas ter saído para a rua em Lisboa, mas a população mantém-se desde o primeiro momento numa expectativa confiante” (*Expresso*, 1974, nº69)

Noticia-se o papel do General Spínola na rendição de Marcello Caetano, no dia 25 de Abril, no quartel da GNR do Carmo; e exigência, por parte dos sindicatos, do 1º de maio como feriado nacional, do aumento do salário mínimo nacional e da redução do horário de trabalho semanal para 40 horas em 5 dias. A RTP era também tema de análise: “o Dr. Ramiro Valadão, ex-presidente do conselho de administração da Radiotelevisão Portuguesa (...), esteve ontem (...) em Lisboa, edifício da sede administrativa daquela empresa, para recolher haveres pessoais e papeladas espalhados pelas gavetas da sua secretária, agora vazia” (cf. Fig. 2). Todos estes acontecimentos são exemplos de que a Revolução, aos poucos, chegava a todos os setores...

Por último, noticiava-se a chegada de Mário Soares, que aconteceria no dia seguinte, de comboio, a Santa Apolónia, vindo de Paris, onde se encontrava exilado (cf. Fig. 2).

1975 – O verão mais quente



Figura 3

1975 foi o ano com maiores altos e baixos na nossa história democrática, embora haja dois momentos que se destacam: o 11 de março e o 15 de novembro. A 11 de março de 1975, movimentações militares e políticas de direita tentaram perpetrar um golpe de Estado, sob o comando de António de Spínola – primeiro Presidente da República após o 25 de Abril –, após notícias enviadas pelos serviços secretos espanhóis, que denunciavam a preparação de um golpe da esquerda radical, onde se previa o assassinato de 1500 pessoas ligadas à direita. Resultante desta tentativa de golpe, Spínola foge para Espanha onde, no final do ano, seria criado um Exército de Libertação de Portugal²⁰, braço armado

²⁰ O Exército de Libertação de Portugal (ELP) foi uma organização terrorista de extrema-direita criada por Agostinho Barbieri Cardoso, ex-subdiretor-geral da PIDE (Direção-Geral de Segurança). Fundada e dirigida através de Madrid, Espanha, o ELP tinha como principal objetivo combater os movimentos de esquerda após o 25 de Abril de 1974, incluindo o COPCON (Comando Operacional do Continente) e a LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária).

de um Movimento Democrático para a Libertação de Portugal. Como resposta a este tipo de movimentações políticas e militares, o país, governado precisamente por militares, dava uma forte guinada à esquerda do poder político. Foi neste contexto, com muitas nacionalizações e uso constante do argumento do “poder popular”, que se realizaram as primeiras eleições livres, a 25 de abril de 1975. Estas eleições tinham como objetivo eleger a Assembleia Constituinte²¹ e tiveram destaque na primeira página do número 121 do Expresso, que saiu precisamente no dia em que os portugueses foram às urnas (cf. Fig. 3).

“Portugueses vão às urnas em ambiente de expectativa” era a manchete desta edição, noticiando, este jornal, que “todos os órgãos de informação nacionais e cerca de um milhar de representantes estrangeiros estão a mobilizar os seus meios para informar do decorrer do processo eleitoral que assinala hoje o acto político mais importante na vida portuguesa dos últimos cinquenta anos” (*Expresso*, 1975, nº121). Nesta mesma notícia, explicava-se o procedimento das eleições e o processo pós-votação, bem como o papel dos meios de comunicação em todos os momentos.

Num segundo momento nesta primeira capa, e sob o título “Um ano depois a esperança mantém-se”, os jornalistas do Expresso escreviam “Um ano depois do 25 de Abril, os portugueses vão, pela primeira vez, votar. Embora tudo pareça já muito distante, tal a intensidade com que os últimos 365 dias foram vividos, é indispensável recordar como era Portugal a 24 de Abril de 1974”, o que passa a relembrar, nesta mesma coluna (*Expresso*, 1975, nº121).

O número 121 do Expresso trazia consigo, também, o balanço do primeiro ano pós-Revolução: “A Política”, “As Forças Armadas”, “A Sociedade”, “A Imprensa”, “Portugal visto pelo mundo”, “Radiografia militar” eram alguns dos títulos escolhidos para proceder a esta análise (cf. Fig. 3).

Além disso, o ELP também se opunha ao MFA (Movimento das Forças Armadas), alegando que este não representava o verdadeiro exército (Marchi, 2012)

²¹ A Assembleia Constituinte foi o órgão parlamentar com funções constituintes em Portugal. Ela foi criada após a revolução de 25 de Abril de 1974, com o objetivo específico de elaborar uma nova Constituição para a República Portuguesa. Eleita por sufrágio universal direto em 25 de Abril de 1975, a Assembleia Constituinte concluiu a discussão da nova Constituição em 31 de Março de 1976.

Em 1975, a efervescência política era tanta que o Expresso passou a publicar, a partir de novembro, edições extra às quartas-feiras; publicações essas que durariam até janeiro de 1976. A quantidade de informação nacional era tal, que os jornalistas se sentiam pressionados a uma forte capacidade de síntese nos artigos que diariamente tornavam públicos. Além disso, a nível internacional os acontecimentos também eram de grande relevo: de Espanha, por exemplo, chegavam notícias de que o fim da ditadura por ali estava iminente, com a Junta Democrática²² a pensar “já ter conseguido o seu objetivo: criação de uma única alternativa política que como estratégia da liberdade para o povo espanhol permita passar do Estado ditatorial ao Estado democrático” (*Expresso*, 1975, nº121).

No fundo da página, lê-se “Bispos e Estado ainda não se entendem sobre a Rádio”, que dá a seguinte informação: “Continua na ordem do dia a Lei da Radiodifusão, anunciada em primeira mão no último número do Expresso. Por um lado, o projeto de decreto-lei foi discutido na generalidade pelo Conselho de Ministros. Por outro, o seu conteúdo suscitou uma troca de argumentos entre a Igreja Católica e o Ministério da Comunicação Social.” (*Expresso*, 1975, nº121). Esta notícia fazia referência à luta pelo controlo da emissora católica Rádio Renascença, que se arrastou por todo o ano de 1975, ameaçou abrir velhas feridas entre a Igreja e o Estado, e funcionou como um estímulo para todos aqueles que quiseram encaminhar Portugal para uma solução política democrática ocidental (Santos, 2006).

Na coluna “24 Horas”, aparecem notícias como as manifestações no primeiro aniversário da revolução, ou a ida de Otelo Saraiva de Carvalho, Victor Alves e Vasco Lourenço à RTP para (re)contarem a Revolução. Além disso, noticia-se a situação do *apartheid* vivida na África do Sul e o processo político peruano, com o Expresso a organizar uma conferência precisamente sobre este último tema (*Expresso*, 1975, nº121).

O “verão quente” terminaria a 25 de novembro, com as operações militares comandadas por Ramalho Eanes, um coronel desconhecido, à época, que procurava uma tentativa de reconciliação e estabilização política, com vista a restaurar a ordem e evitar

²² A Junta Democrática de Espanha foi uma estrutura política constituída por uma coligação de partidos políticos, sindicatos e organizações sociais de oposição à ditadura franquista, criada com o objetivo de conseguir o derrube do regime ditatorial e o estabelecimento de uma democracia representativa em Espanha (website *Filosofia*, “Junta Democrática de España”)

É no seguimento destas eleições – nas quais o Partido Socialista sai vitorioso, com Mário Soares a assumir o cargo de Primeiro-Ministro –, que o Expresso noticia, na sua edição 189, de 9 de junho, que “Governo PS continua por formar, embora haja estruturas em criação” (cf. Fig. 4). Esta mesma notícia diz que “O PS está a elaborar uma lista de medidas económicas imediatas que apresentará na Assembleia da República, logo que constituir governo” (cf. Fig. 4).

A formação deste governo viria a acontecer depois de Ramalho Eanes tomar posse como Presidente da República, a 14 de julho de 1976. Porém, à data desta edição do Expresso, as notícias ainda incidiam sobre as eleições às quais este concorria, dando-lhe já alguma margem nas sondagens, quando em comparação com os restantes candidatos: “Ramalho Eanes é o candidato mais votado pelos portugueses, segundo uma sondagem realizada pela Contagem, em rigoroso exclusivo para o EXPRESSO, nos dias 30 e 31 de Maio e 1 de Junho passados” (*Expresso*, 1976, nº189).

Todavia, outra notícia sobre Eanes é destacada nesta primeira página: questiona o Expresso “por que não vão as pessoas aos comícios da candidatura Eanes?”. A esta pergunta responderam Mário Soares (Partido Socialista), Francisco Sá Carneiro (Partido Popular Democrático) e Freitas do Amaral (CDS – Partido Popular). Soares considerava que as pessoas não se deslocam aos comícios porque veem Eanes como já estando eleito; Sá Carneiro afirmava que “Verão e cansaço influem má mobilização”; Freitas do Amaral acreditava que as pessoas se estão a reservar para o período de campanha eleitoral (*Expresso*, 1976, nº189).

De qualquer modo, e como referido anteriormente, o general Ramalho Eanes, figura principal do 25 de novembro de 1975, é eleito Presidente da República, no fim do mês de junho, com 62% dos votos, na eleição disputada com Otelo Saraiva de Carvalho, Pinheiro de Azevedo e Octávio Pato (cf. Fig. 4).

Recuando novamente a 9 de junho, esta primeira capa (cf. Fig. 4), na coluna “24 Horas”, informa os portugueses de que o empresário com ligações a setores conservadores da sociedade portuguesa, Rafael Durão, está agora numa situação de liberdade plena, depois de se ver sob “liberdade vigiada”, resultante da tentativa de golpe de 11 de março de 1975. Por sua vez, e dadas estas condições, diz-se que António de Spínola poderia eventualmente regressar a Portugal, sem ser detido. Através da notícia “Governo

nacionaliza empresas de pesca?” sabemos também que o Conselho de Ministros reuniria para analisar ainda outros temas como a construção clandestina ou o regulamento de transplantação de tecidos de órgãos humanos (*Expresso*, 1976, nº189).

Numa perspetiva geral, tudo parecia encaminhar-se para uma situação de estabilidade e total democracia. Porém, a realidade do país era bem distinta: durante o ano de 1976, e como o *Expresso* noticiaria noutros meses, foram vários os momentos que o comprovam. Em Lisboa, a embaixada de Cuba foi destruída à bomba, causando a morte de dois diplomatas; no fim do ano, ocorreu outro atentado, desta vez contra condutas da EPAL da Póvoa de Santa Iria, que culminou na redução do fornecimento de água a Lisboa durante largos dias (cf. Fig. 4).

A austeridade foi uma constante durante o ano, com a adoção de novas medidas, como o aumento dos produtos alimentares, a limitação à circulação automóvel, a limitação das importações e até a redução do consumo de eletricidade, que era cortada várias horas por dia, por regiões – nesta edição de 9 de junho de 1976 podemos ver precisamente o cabeçalho “Desemprego e balança de pagamentos problemas mais graves”, numa análise ao estado económico do país (*Expresso*, 1976, nº189).

Em julho, a manchete do *Expresso* dava nota de mais uma medida de contenção de custos para o país: entrava em vigor o sistema alternado de circulação de automóveis – entre as 15 horas de sábado e as 2h de segunda-feira apenas poderiam circular, alternadamente, ou automóveis com matrícula par ou automóveis com matrícula ímpar (Podcast *50 anos Expresso*).

1976 ficou marcado, também, pelo chamado “mapa da reforma agrária”, quando se delimitou as zonas do país onde poderia haver expropriações de terras (principalmente do Tejo para baixo, até meio do Algarve). Por todo o país, mas especialmente no sul, assistiu-se a movimentos populacionais semelhantes, arrancando terrenos e casas aos antigos proprietários, enquanto nasciam centenas de cooperativas e unidades coletivas de produção, tal como o *Expresso* foi noticiando. A Reforma Agrária seria interrompida em 1977, com a Lei Barreto e as herdades seriam devolvidas. Para muitos morria o sonho da revolução (RTP Ensina, “A Reforma Agrária”).

Este ano foi também o ano em que Carlos Cruz se demitiu da direção da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), que anuncia que em 1977 se daria início à transmissão a cores de programas televisivos (cf. Fig. 4).

Praticamente no fim do ano, a extrema-direita volta a fazer correr tinta nos jornais, ao entregar, pelas mãos do Movimento Nacional Neonazi, um comunicado sobre a realização do seu Congresso, no Expresso. O argumento para a publicação deste comunicado num jornal como o Expresso é que este era “um jornal provocador” (Expresso, “50 anos – Primeiras Páginas”, 2023).

A nível internacional, por sua vez, noticia-se a libertação de 23 militares portugueses feitos reféns pelos indonésios, aquando da invasão de Timor pelos mesmos (Podcast *50 anos Expresso*).

Discussão de Resultados

Quando nasceu, em 1973, o Expresso, com as suas respetivas diferenças, veio conviver, tal como a (grande) maioria dos outros jornais, com a forma de fazer jornalismo português da época, sentindo a pesada ação da censura, o que se traduziu em atrasos consecutivos na produção e distribuição do jornal e, conseqüentemente, em pesadas perdas económicas.

Podemos afirmar que a Revolução do 25 de abril de 1974 trouxe consigo grandes transformações ao jornalismo português; mas é correto afirmar também que o jornalismo português trouxe também grandes transformações ao Portugal dos anos 70. De forma sintética, podemos dizer que, apesar da revolução de abril ter abolido gradualmente os mecanismos de censura que vigoravam no regime deposto, nos meses seguintes assistimos a uma luta constante – sobretudo por parte dos trabalhadores do setor e dos partidos políticos – pela conquista de poder no interior dos jornais, dando origem a múltiplos episódios que marcariam também o processo revolucionário e contribuíram para acentuar o clima de constante instabilidade do país.

O caso do jornal Expresso é particularmente elucidativo dessa realidade, verificando-se, entre 1973 e 1974, uma tensão permanente entre trabalhadores do jornal

com posicionamentos político-ideológicos opostos aos do regime, existindo um confronto constante entre as publicações jornalísticas e o processo de censura prévia. Se houve momentos em que o jornal publicou contra a vontade do regime, maior foi a quantidade de vezes que viu as suas notícias e opiniões cortadas contra a sua vontade.

Este teor acentuadamente político foi um dos principais motivos para que o semanário tenha sido um dos alvos preferenciais da censura. Da análise da primeira página, durante os dezasseis meses que separam a data de fundação do jornal até ao fim do regime, é possível constatar que os temas mais mencionados foram “Política”, “Sociedade” e “Economia”, facto facilmente explicado pela crise institucional e política que se vivia, mas também pela força que o jornal impunha em continuar a fazer oposição ao Estado Novo – visível também pelo grupo de colaboradores com que contava, praticamente todos membros da AL (Ala Liberal).

A relação entre a revisão da literatura, no início deste trabalho, e a posterior análise das primeiras capas do Expresso revela uma forte correspondência entre as teorias sobre o papel dos meios de comunicação em sociedades democráticas e a atuação concreta do jornal durante o período de transição política – de uma ditadura para uma democracia –, em Portugal.

Se numa primeira instância a revisão da literatura sublinhou a importância dos meios de comunicação como agentes capazes de influenciar a dinâmica política de uma nação – destacando que, em contextos de mudança, como revoluções ou transições para a democracia, a imprensa não tem apenas um papel observador, mas pode também moldar as narrativas e direcionar o debate público –, na análise das primeiras páginas do Expresso, a partir de 1973 até 1976, este papel de agente político e influenciador fica evidente.

As manchetes e temas abordados pelo jornal revelaram que, mesmo sob as limitações que a censura impunha, o *Expresso* procurou manter uma postura crítica e desafiadora do regime. Além disso, foi possível compreender que o jornal se posicionou como um espaço de resistência e de reflexão, promovendo discussões sobre liberdade, democracia e o fim do regime autoritário. As capas do jornal, especialmente em momentos-chave como o período imediatamente após o 25 de Abril, são precisamente exemplo disso: demonstraram uma capacidade de mobilizar a opinião pública,

legitimando a transição para a democracia e incentivando uma cultura de participação política ativa, através da notícia das eleições de 1976, como visto anteriormente.

As primeiras páginas presentes nesta dissertação, bem como as publicadas em anos posteriores, funcionaram como reflexo da sociedade portuguesa, mas também como agentes de mudança, ao apresentarem informações que desafiaram várias vezes o *status quo*. Através da análise da primeira página de abril de 1974, logo após a Revolução dos Cravos, por exemplo, percebe-se uma mudança significativa na abordagem editorial, já sem censura prévia, sendo possível observar as críticas contundentes, por parte do jornal, ao regime anterior, apelando à necessidade de mudanças profundas (cf. Fig. 2). Pouco depois, durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), o *Expresso* consolidou-se como uma das poucas fontes independentes de informação, atingindo o seu auge ao desafiar os discursos dominantes e ao oferecer uma visão pluralista e crítica do paradigma português.

Por fim, e também através da análise das primeiras páginas, é possível afirmar que o *Expresso* representava uma nova forma de fazer jornalismo em Portugal, mais próxima dos modelos britânicos de imprensa crítica e opinativa. O jornalismo do *Expresso* foi inovador na forma como abordou a política, proporcionando um novo cenário de liberdade de expressão e um espaço onde o debate público parecia surgir, mesmo durante os últimos anos da ditadura.

Fundamentalmente, a relação entre a revisão de literatura e a análise das primeiras páginas do jornal reflete uma congruência entre o papel teórico atribuído à imprensa como ator político e a prática jornalística do *Expresso* no período específico da História portuguesa que foi proposto estudar.

Ainda assim, é importante reconhecer algumas limitações no estudo deste tema, nomeadamente a disponibilidade de dados e os recursos para analisá-los. Ao examinar primeiras páginas de um jornal como o *Expresso*, podem surgir desafios relacionados com a integridade dos arquivos, especialmente devido à censura aplicada durante o período ditatorial em Portugal, que resultou no corte de muitos textos e artigos. Além disso, teria sido relevante explorar mais profundamente a influência do *Expresso* na Revolução, utilizando métodos complementares à análise de conteúdo qualitativa realizada, como, por exemplo, a condução de entrevistas. Também poderia ter sido interessante enveredar

por uma abordagem quantitativa, para avaliar de forma mais abrangente a frequência e os padrões de cobertura do jornal de modo longitudinal.

No futuro, poderá ser interessante expandir a análise para outros jornais da época, o que permitiria uma comparação mais robusta entre diferentes linhas editoriais e as suas abordagens perante a ditadura. Além disso, seria uma mais valia explorar a relação entre a evolução do jornalismo pós-25 de abril e a construção da democracia em Portugal, explorando de que maneira os meios de comunicação contribuíram para moldar a opinião pública ao longo das últimas décadas, algo que continuam a fazer.

Finalmente, o Expresso foi mais do que um veículo de notícias; foi um protagonista ativo no processo de democratização, exercendo influência direta na formação da opinião pública e contribuindo para a mudança em Portugal.

Considerações finais

O presente trabalho teve como base o protagonismo do semanário *Expresso* no processo de transformação política e social de Portugal, num período que compreende o país em ditadura e, posteriormente, democrático. Este jornal não só foi testemunha dos acontecimentos históricos, como também uma força motriz e ativa na consolidação da democracia.

O *Expresso*, fundado em 1973, quando Portugal ainda vivia sob a ditadura do Estado Novo, surgiu como uma resposta às limitações da censura e à falta de liberdade de expressão. O surgimento do jornal, liderado por Francisco Pinto Balsemão e outros membros da Ala Liberal, traduziu-se na génese de um espaço editorial inovador que, desde o princípio, se apresentou como uma voz crítica ao regime autoritário, mesmo sob o controlo da censura.

No que concerne à análise das primeiras páginas do jornal entre 1973 e 1976, observou-se que, desde a sua primeira edição, o *Expresso* buscava desafiar o paradigma português da época, noticiando temas de elevada relevância política e social, como o direito ao voto e a guerra colonial, assuntos que, até então, eram tratados com grande cautela na imprensa portuguesa em geral. Essa postura crítica foi constante, culminando na edição de abril de 1974, onde, já sem a censura, passou a adotar um tom abertamente oposicionista ao regime, expondo a necessidade de profundas mudanças em Portugal. A evolução da abordagem editorial do *Expresso* reflete, assim, a transição de um jornal (um pouco mais) contido, sob censura, para uma força editorial destemida, livre para expressar as demandas de uma sociedade em transformação.

As conclusões provenientes deste estudo reforçam que o *Expresso* não foi apenas um espelho da sociedade portuguesa num dos momentos mais turbulentos da sua História, mas também um protagonista ativo nas mudanças que se seguiram.

Ao noticiar, com uma visão crítica, a Revolução dos Cravos, e os anos em que Portugal viveu sob o PREC (Processo Revolucionário em Curso), o atual semanário estabeleceu-se como uma plataforma de debates fundamental na transição para a democracia, num período em que muitos outros jornais estavam sob controlo direto de forças políticas. Demonstrou, através da abordagem de questões como a guerra colonial

ou a possibilidade de construção de um novo regime político onde a liberdade fosse a palavra de ordem, uma habilidade ímpar em compreender os dilemas e incertezas do povo português. Durante o PREC tornou-se uma das poucas vozes independentes, num período em que a maioria dos jornais estava sob controlo direto das forças políticas. Foi através das suas análises e reportagens que promoveu a existência dum debate pluralista e, com a colaboração de figuras políticas influentes à época, muitas delas membros da Ala Liberal, deu a conhecer os seus valores de liberdade de imprensa e expressão.

Dum modo geral, o Expresso desempenhou um papel fundamental na afirmação da democracia em Portugal, consolidando-se como um espaço comum ao debate livre e pluralista. Se nos primeiros anos sofreu com a censura, foi precisamente a sua capacidade de resistência que permitiu ao Expresso transformar-se numa força editorial poderosa também no pós-25 de Abril.

O impacto do Expresso na política e na sociedade portuguesa durante este período é inegável. A análise das suas primeiras páginas ilustra que o jornal, mesmo sob censura, desempenhou um papel decisivo na construção do diálogo público sobre o futuro de Portugal, tornando-se um jornal de referência nacional, que perdura até aos dias de hoje.

É cada vez mais recorrente afirmar que os meios de comunicação, através de suas escolhas editoriais e postura crítica têm o poder de influenciar diretamente o rumo de uma nação. O jornalismo que o Expresso praticou durante a Revolução de 1974 e nos anos subsequentes é um bom exemplo do poder da imprensa em tempos de crise e a sua capacidade de promover transformações políticas profundas. A sua atuação é um testemunho da importância de um jornalismo independente e comprometido com os valores democráticos, mostrando que a imprensa, longe de ser um mero reflexo da sociedade, pode ser um catalisador de transformações duradouras.

Bibliografia

Álvares, C. & Damásio, M. (2013). Introducing social capital into the ‘polarized pluralist’ model: The different contexts of press politicization in Portugal and Spain. *International Journal of Iberian Studies*, Volume 26, Number 3

Álvares, C.; Cardoso, G.; Crespo, M. & Pinto-Martinho, A. (2021). Seeking the Legitimation of Mainstream Journalism: A Portuguese Case-Study, *Journalism Practice*, DOI: 10.1080/17512786.2021.2008808

Azevedo, C. d. (1999). *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Editorial Caminho.

Balsemão, F. P. (2012). *A terceira via*. In: Cruz, M.B. e Ramos, R. (org). Porto Editora.

Baptista, C. (2021). Os jornalistas amigos do Estado Novo: uma relação duradoura e não linear. *Mediapolis*, nº13. https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_3

Baptista, C. (2022). *The modernization of political journalism in Portugal during the Marcelismo (1968-1974)* — Universidade NOVA de Lisboa (unl.pt). <https://doi.org/10.34619/xpg1-jl58>

Baptista, C.; Sousa, J. & Azevedo, C. (2021). *Para uma história do jornalismo em Portugal*. Coleção ICNOVA

Barriga, A. (2007). *Media, Política e Opinião: uma tríade completa*. Tese Doutoramento em Sociologia, Repositório ISCTE.

Batista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses*. Escritório Editora.

Bernard, H. R., & Ryan, G. (1998). *Text analysis: Qualitative and quantitative methods*. In H. R. Bernard (Ed.), *Handbook of methods in cultural anthropology* (pp. 595–645). Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

Brito, J. (2001). *O País em Revolução (1974-1976)*, Lisboa: Edição do Conselho

Cabrera, A. (2013). Repressão vs Expressão: censura às artes e aos periódicos. *Revista Media & Jornalismo* nº 23.

Cabrera, A. (2022). O Jornalismo no Estado Novo: censura, propaganda e coação. Livros ICNOVA. Obtido de <https://colecaoicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/115>

Caetano, M. (1969). Princípios e Definições: Textos de 1936 a 1967, Lisboa: Edições Panorama.

Caetano, M. (1969). Pelo Futuro de Portugal, Lisboa: Verbo.

Caetano, M. (1970). Mandato Indeclinável, Lisboa: Verbo. CAETANO, Marcello (1973). As grandes opções, Lisboa: Verbo.

Caetano, M. (1974). Depoimento, Rio de Janeiro: Record. CAETANO, Marcello (1977). Minhas Memórias de Salazar: Lisboa, Verbo.

Carneiro, Francisco Sá (2010). Textos (1969-1973), Lisboa: Alêtheia Editores.

Carneiro, F. S. (2010). Textos 2º volume (1973-1974). Lisboa: Aletheia

Carrasquinho, D. (2017). A Luta Armada Revolucionária Em Portugal: Uma História Ao LUAR. Observatório Político. Working Paper #47

Carvalho, A. (2011). O alinhamento político da imprensa portuguesa. Esquilho. <https://esquilho.wordpress.com/2011/04/10/o-alinhamento-politico-da-imprensa-portuguesa/> (Acedido a 28/08/2024)

Carvalho, A; Cardoso, A. & Figueiredo, J. (2012). Direito da Comunicação Social. Texto Editores.

Castanheira, J.P. (2009). O Que a Censura Cortou. Expresso – Lisboa.

Castanheira, J. P. (2013). A História de 2080 semanas. Expresso – Edição 40 anos. Disponível em [A História de 2080 semanas \(expresso.pt\)](#)

Castanheira, M. (2022). Mário Mesquita: a importância da palavra. Jornalismo e censura no final da Ditadura. Dissertação Mestrado, Escola Superior de Comunicação Social

Correia, F.; Baptista, C. (2007). Jornalistas: do ofício à profissão. Lisboa: Editorial Caminho

Correia, J.; Ferreira, G. & Espírito Santo, P. (2010). Conceitos de Comunicação Política. LabCom Books.

Debates Parlamentares – Diário das Sessões. Disponível em: [Debates Parlamentares \(parlamento.pt\)](http://debates.parlamento.pt)

Euronews. As cicatrizes de Wiriyamu. Aldeia de Moçambique recorda o massacre de há 50 anos. Disponível em <https://pt.euronews.com/2022/12/15/as-cicatrizes-de-wiriyamu-aldeia-de-mocambique-recorda-o-massacre-de-ha-50-anos>

Fernandes, T. (2006). *Nem Ditadura, nem Revolução – A Ala Liberal e o Marcelismo (1968 – 1974)*, Lisboa: Publicações Dom Quixote

Fernandes, T. (2007). *Authoritarian Regimes and Pro-Democracy Semi-Oppositions: The End of the Portuguese Dictatorship (1968–1974) in Comparative Perspective*, *Democratization*, 14:4, 686-705, DOI: 10.1080/13510340701398345

Figueira, J. & Gomes, P. (2021). O jornalista na Revolução de Abril: um profissional novo em construção. *Revista Mediapolis*

Ferreira, G. (2011). Qual o papel do jornalismo nas democracias contemporâneas? *Jornalismo publico e deliberação política*. Exedra.

Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos - o Diário de Notícias: Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Edições Minerva Coimbra.

Garcia e Castro (1993). Os jornalistas portugueses – Da recomposição social aos processos de legitimação profissional, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, pp. 93-114.

Garcia, J. (2009). Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses – Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI, em Garcia, José Luís (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfozes e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.

Garcia, J. (2009). Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática, em Garcia, José Luís (org.), *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfozes e encruzilhadas no limiar do século XXI*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.

Garcia, J.; Alves, T. & Léonard, Y. (2017). *Salazar, o Estado Novo e os media*. Edições 70

Gomes, P. (2013). O Jornal Novo, a Revolução e a Liberdade de Imprensa. Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (IHC/ FCSH-UNL)

Gomes, P. (2013). Os saneamentos políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975. Lisboa: Alêtheia Editores

Gomes, P. (2015). A Revolução de Abril e a Liberdade de Imprensa em Portugal: A Contestação ao “Projeto Jesuíno” em 1975. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/4905>

Gomes, P. (2018). Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975. Universidade Nova de Lisboa. ProQuest Dissertations & Theses

Gomes, P. (2021). A Imprensa na Revolução – Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975, Google Livros

Gomes, P. (2021). A Imprensa na Revolução – Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975. Imprensa Nacional

Gomes, P. M. (2012), A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do «Diário de Notícias» (1974-1975), Revista Estudos em Jornalismo e Mídia 9 (2): 368-382

Graber D., McQuail, D. & Norris, P. (1998), The Politics of News: The News of Politics, Washington DC: CQ Press

Guest, G; MacQueen, K. & Namey, E. (2012). Applied Thematic Analysis. Chapter 1. Introduction To Applied Thematic Analysis: 3-20.

Hallin, D. & Mancini, P. (2004). Comparing Media Systems – Three Models of Media and Politics. Communication, Society and Politics. Cambridge University Press

Hallin, D. & Mancini, P. (2012). Comparing Media Systems: a Response to Critics. Revista *Media & Jornalismo*, nº 17, Vol. 9, Nº 2 - Outono/Inverno 2010 pp. 53–67

Hemeroteca Digital. Leis de Imprensa – Estado Novo. Disponível em [Leis de Imprensa | Estado Novo \(cm-lisboa.pt\)](https://www.cm-lisboa.pt/leis-de-imprensa-estado-novo)

Kiger, M. & Varpio, L. (2020): Thematic analysis of qualitative data: AMEE Guide No. 131, Medical Teacher, DOI: 10.1080/0142159X.2020.1755030

Leite, C. (2016). O Expresso e as temáticas de opinião no período Marcelista – Análise do “Visto”, a coluna assinada por Francisco Sá Carneiro. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Lima, H. (2014). O 25 de Abril e a imprensa portuguesa: impactos da revolução nas primeiras páginas dos jornais. Comunicação ibero-americana: os desafios da Internacionalização, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

Lima, H. (2022). O jornalismo de imprensa no Portugal democrático. *Livros ICNOVA*. Obtido de <https://coleccionicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/117>

Marchi, R. (2012). As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976). <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.366>

Matos, A. C. (2006). Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema, *Media & Jornalismo*, (9) pp. 41-56

Maués, F. (2012). A Edição Política Em Portugal: Do Combate À Ditadura À Revolução Dos Cravos. *Revista Literatura e Autoritarismo – Dossiê*, Maio de 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/75241/52346>

Mendes, J. P. (2004). *Censura e Sociedade no Estado Novo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Mendes, P. (2020). Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 12, núm. 29, 2020. Universidade do Estado de Santa Catarina

Mesquita, M. & Rebelo, J. (1994). *O 25 de Abril nos media internacionais*. Porto: Edições Afrontamento

Mesquita, M. (1994), *Os Meios de Comunicação Social em Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 361-405

Mesquita, M. (1994., *O Caso República. Um incidente crítico*. *Revista de História das Ideias* 16: 507-554

Mesquita, M. (1994a), *Os Meios de Comunicação Social*. In *Portugal 20 Anos de Democracia*, dir. António Reis, Lisboa: Círculo de Leitores, 361-405

Mesquita, M. (1994b), O Caso República. Um incidente crítico, *Revista de História das Ideias* 16: 507-554

Mesquita, M. e Rebelo, J. (org.) (1994), O 25 de Abril nos media internacionais, Porto: Afrontamento

Moura, J. (2021). Revisitando Comparing Media Systems: novas óticas sobre o trabalho de Hallin e Mancini, Blog Ponte (ufpr.br)

Parlamento. A primeira Lei de Imprensa (1821). Disponível em [A primeira Lei de Imprensa \(parlamento.pt\)](http://www.parlamento.pt/Imprensa/imprensa.aspx)

Pereira, A.; Miranda, J. e Teles, M. (2012) Marcello Caetano tempos de transição – Debate sobre a revisão constitucional de 1971. *In*: Cruz, M. B. e Ramos, R. (org.) Porto Editora.

Ponte, C. (2020). O legado de Nelson Traquina no estudo dos media e do jornalismo. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_3

Rezola, M. I. (2006), Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976). Lisboa: Campo da Comunicação

Rezola, M. I. (2019). Romper com o passado: a Revolução nos Média (Portugal, 1974-1975). *Revista Media & Jornalismo*

Ribeiro, J. P. G.(2012). Contributo para a história do cooperativismo durante o Estado Novo [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/8379>

Rosa, J. (2014). Expresso: Um projeto de renovação no fim do Marcelismo. Dissertação Mestrado em Jornalismo, Escola Superior de Comunicação Social.

Santos, P. (2006). Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975: o Caso Rádio Renascença, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

Santos, R. (2010). Do jornalismo aos media: estudos sobre a realidade portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2010

Sarturi, L. (2011). Manchete Jornalística e Enunciação in http://lapejor.files.wordpress.com/2011/04/tfg_ii_pronto1.pdf

Schudson, M. (2008). News and Democratic Society: Past, Present and Future. *Hedgehog Review* / Summer 2008, Vol. 10, Issue 2, pp. 7-21. Disponível em: http://www.iasc-culture.org/eNews/2009_10/Schudson_LO.pdf

Schudson, M. (2008). *Why democracies need an unlovable press*. Malden: Polity Press

Serra, L. (2018). *O Jornal: Um (Possível) Ator Político? – A Política No Expresso. Relatório de Estágio*. Escola Superior de Comunicação Social.

Serrano, E. (2006). A dimensão política do jornalismo, *Estrela Serrano, Comunicação & Cultura*, n.º 2, pp. 63-81

Serrano, E. (2006). A dimensão política do jornalismo. *Comunicação & Cultura*, (2), 63-81. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2006.396>

Vários. (1980). *A política de informação no regime fascista – Vol. 1 e 2*. Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista

Vários. (2000). *Francisco Sá Carneiro - Um olhar próximo*. Publicações Europa

50 anos de Expresso 1973-2023 – O país e o mundo em 50 primeiras páginas

Podcast *50 anos de Expresso*. Disponível em [50 anos de Expresso - Expresso](#)

Anexos e figuras

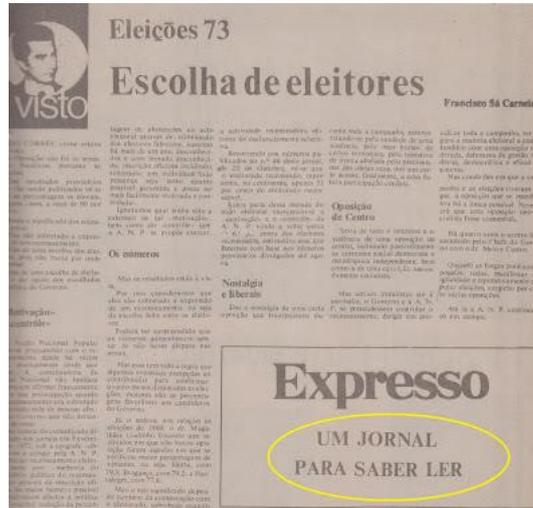


Figura 5 - Exemplo de Visto, escrito por Francisco Sá Carneiro, e o sinal “Um jornal para saber ler” em alusão aos cortes feitos pela censura



Figura 6 - Exemplo de cortes da censura prévia numa primeira página do Expresso

Anexo A. – Estatuto Editorial Expresso

publicado em 20 janeiro 2020

1. O **Expresso** defende, desde sempre, a liberdade de expressão e a liberdade de informar, bem como repudia qualquer forma de censura ou pressão, seja ela legislativa, administrativa, política, económica ou cultural. O Expresso é um jornal com convicções, mas independente de todos os poderes, manifestando esse espírito de independência também em relação aos seus próprios anunciantes.
2. O **Expresso** entende que as publicações de natureza informativa devem ser independentes porque só assim cumprem a sua função essencial perante a sociedade. Julga, pois, que as publicações informativas não são instrumentos ou meios ao serviço de determinados objetivos, por mais louváveis que estes sejam, mas instituições autónomas através das quais os cidadãos podem, em liberdade e no pluralismo, procurar o esclarecimento de que necessitam para o exercício das suas opções.
3. O **Expresso** considera, no entanto, que determinadas causas comuns à cidadania - como sejam a da defesa das liberdades fundamentais e da democracia, a de um ambiente saudável que não coloque em risco as gerações futuras, a da língua e do património histórico do país, a da paz e da participação plena de Portugal na União Europeia, a do incitamento à participação da sociedade civil na resolução dos problemas da comunidade - devem ser divulgadas e sustentadas, sem prejuízo do pluralismo de opinião e de conceder voz a todas as correntes, nunca perdendo nem renunciando à capacidade de crítica.
4. O **Expresso** tem e terá presente os limites impostos pela deontologia dos jornalistas, pela ética profissional e pelo Código de Conduta dos jornalistas do Expresso. Quaisquer leis limitadoras da liberdade de expressão terão sempre a firme oposição deste jornal.
5. O **Expresso** sabe, que é indispensável, em cada momento, distinguir entre as notícias - que deverão ser, tanto quanto possível, objetivas, circunscrevendo-se à narração, à relação e à análise dos factos para cujo apuramento devem ser ouvidas as diversas partes - e as opiniões que deverão ser assinadas por quem as

defende, claramente identificáveis e publicadas em termos de pluralismo. O Expresso toma posição através de editoriais não assinados que vinculam a posição do jornal.

6. O **Expresso** sabe, ainda, que a seleção do material a publicar, a sua colocação nas diversas páginas, a colunagem dos respetivos títulos, a ilustração com fotografias, infografias ou cartoons devem obedecer a critérios de inserção baseados na importância efetiva de cada texto e não nas convicções ideológicas ou interesses particulares de quem as escreve, escolhe ou página.
7. O **Expresso** sabe, também, que em casos muito excepcionais, há notícias que mereciam ser publicadas em lugar de destaque, mas que não devem ser referidas, não por autocensura ou censura interna, mas porque a sua divulgação seria eventualmente nociva ao interesse nacional. O jornal reserva-se, como é óbvio, o direito de definir, caso a caso, a aplicação deste critério.
8. O **Expresso** sabe, igualmente, que a publicação insistente de determinados assuntos - do crime e do sexo às baixezas da vida política e económica - poderia aumentar a venda de exemplares, mas recusa-se a alimentar qualquer tipo de sensacionalismo que ponha em perigo o jornalismo de qualidade que sempre pretendeu fazer. Respeita, acima de tudo, os leitores e está consciente de que eles aceitam e desculpam os erros que o Expresso comete, mas que não lhe perdoariam se, deliberadamente, por ação ou por omissão, os enganasse ou abusasse da sua boa-fé.
9. O **Expresso** atribui prioridade absoluta à coerência que historicamente lhe tem permitido ser um projeto ganhador e de referência, independentemente de quem sobe e de quem desce do poder.
10. Se e quando, um dia, se tornar impossível manter essa coerência, o **Expresso** acabará, porque – como sempre afirmou o seu fundador - prefere, nessas circunstâncias, morrer de pé.

Disponível em [Estatuto editorial - Expresso](#) (acedido em 13/09/2024)